

VERSÃO 4.0/2023

HISTÓRIA do Tocantins

Professor Nilo Freitas Oliveira



PROFESSOR
JÚNIOR GEO
Deputado Estadual

HISTÓRIA DO TOCANTINS

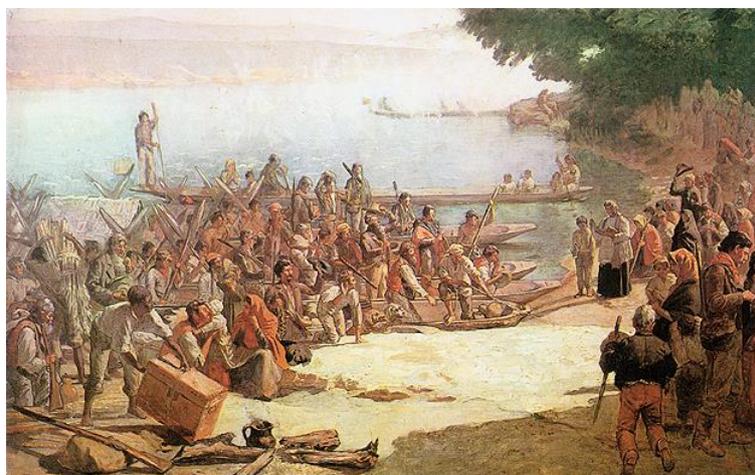
O INÍCIO DA OCUPAÇÃO. A ECONOMIA DO OURO

As descobertas de minas de ouro em Minas Gerais, no ano 1690, e, em Cuiabá, em 1718, despertaram a crença de que, em Goiás, situado entre Minas Gerais e Mato Grosso, também deveria existir ouro. Foi essa a argumentação da bandeira de **Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera** (filho do primeiro Anhanguera que esteve com o pai na região anos antes), para conseguir a licença do rei de Portugal para explorar a região.

O rei cedia a particulares o direito de exploração de riquezas minerais, mediante o pagamento do **quinto** que, segundo ordenação do reino, era uma decorrência do domínio real sobre todo o subsolo. O rei, não querendo realizar a exploração diretamente, cedia a seus súditos o direito, exigindo em troca o quinto do metal fundido e apurado, salvo todos os gastos.

Em julho de **1722**, a bandeira do Anhanguera saiu de São Paulo e, em 1725, volta com a notícia da descoberta de córregos auríferos. A partir desse momento, Goiás entra na história como as Minas dos Goyazes. Dentro da divisão do trabalho no império português, este é o título de existência e de identidade de Goiás durante quase um século.

Inicialmente, as minas de Goiás eram jurisdicionadas à capitania de São Paulo na condição de intendência, com a Capital em Vila Boa e sob a administração de Bueno, a quem foi atribuído o cargo de superintendente das minas, com o objetivo de “representar e manter a ordem legal e instaurar o arcabouço tributário” (ALACIN, Luís, 1979, p. 33).



Almeida Júnior – Estudo da Partida da Monção, 1897 (Bandeirantes)



Os brutos que conquistaram o Brasil

Eles eram bárbaros sanguinários. Matavam velhos e crianças e escravizavam por dinheiro. Mas sem os bandeirantes o país terminaria em São Paulo.

Ilha do Bananal, atual Estado de Tocantins, ano de 1750. Um grupo de homens descalços, sujos e famintos se aproxima de uma aldeia carajá.



Cautelosamente, convencem os índios a permitir que acampem na vizinhança. Aos poucos, ganham a amizade dos anfitriões. Um belo dia, entretanto, mostram a que vieram. De surpresa, durante a madrugada, invadem a aldeia. Os índios são acordados pelo barulho de tiros de mosquetão e correntes arrastando. Muitos tombam antes de perceber a traição. Mulheres e crianças gritam e são silenciadas a golpes de machete. Os sobreviventes do massacre, feridos e acorrentados, iniciam, sob chicote, uma marcha de 1 500 quilômetros até a vila de São Paulo — como escravos.

Foi assim, à força, que os bandeirantes conquistaram o Brasil.

Caçadores profissionais de gente, chegaram a lugares com os quais Pedro Álvares Cabral nem sonharia. Nas andanças em busca de ouro e índios para apresar, descobriram o Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Tocantins. Espalharam o terror entre os povos do interior do continente e expandiram as fronteiras da América portuguesa. Uma história brutal. Mas, se não fossem eles, você talvez falasse espanhol hoje. Os maiores trunfos desse avanço eram o conhecimento do sertão e uma disposição que intrigava até os inimigos. O padre jesuíta espanhol Antônio Ruiz de Montoya (1585-1652), por exemplo, escreveu que os paulistas, a pé e descalços, andavam mais de 2 000 quilômetros por vales e montes "como se passeassem nas ruas de Madri". *Por André Toral, com Giuliana Bastos, Super Interessante, abril, 2000.*

CONTROLE FISCAL

Para controlar e regulamentar a atividade mineradora foi criada a **Intendência das Minas**, um governo especial para as zonas auríferas, diretamente vinculada a Lisboa. A Intendência respondia pelo policiamento e pela cobrança de tributos, o responsável pela Intendência era um superintendente das Minas. Merece destacar que em **1728, Anhanguera foi nomeado superintendente** das minas de Goiás.

Intendência das Minas: As facilidades de sonegação levam à criação da Intendência de Minas – órgão fiscalizador da arrecadação do quinto – criada em 1702, com a intenção de dividir as tarefas fazendárias e controlar a divisão das lavras, a fim de dificultar o descaminho do ouro, além de retirar do administrador local certas atribuições, conseguindo diminuir o poder local e simbólico desse.

Também foram adotadas outras medidas a fim de evitar conflitos entre os aventureiros e contrabando. Destacam-se:

- Proibição de abertura de novas estradas em direção às minas;
- Proibição de navegação pelos rios
- A indústria e a agricultura ficaram limitadas;

Impostos	
Quinto	Criado em 1702, cobrava 20% de todo ouro extraído.
Captação	Taxa de aproximadamente 17g de ouro, cobrada pela propriedade de cada escravo de ambos os sexos acima de 12 anos de idade.
Entrada	Imposto obrigatório sobre todas as mercadorias comerciáveis.
Passagem	Sobre o trânsito nos rios.
Siza	Sobre o comércio de escravos.

No final de 1733, em virtude de intrigas políticas entre o governo de São Paulo e o reino, Bueno foi destituído de suas funções e substituído por Gregório Dias da Silva. A chegada do novo superintendente a Goiás coincidiu com o descobrimento de importantes jazidas, mas a implantação do imposto por **capitação**, em vez dos antigos quintos deu motivo a graves motins e revoltas, sobretudo nas minas do Norte.



Para evitar que o ouro circulasse livremente, em 1752 foi criada **Casa de Fundição**, em Cavalcante, mas tarde, em 1754, foi transferida para São Félix. Na Casa de Fundição o minerador obrigatoriamente enviava todo o ouro em pó. Esse ouro era transformado em barras, com isso a Coroa retirava o seu imposto e legalizava o ouro. Caso alguém fosse encontrado com ouro sem essa legalização era severamente punido.

Casas de Fundição: Nelas, todo ouro extraído em pó ou em pepitas, seria fundido e "quintado", ou seja, retirados os 20% correspondentes ao quinto real. As barras obtidas eram cunhadas, comprovante do pagamento do tributo, e devolvidas ao portador acompanhadas de um certificado de origem, confirmando o cumprimento das formalidades legais.

A cobrança de altos impostos Brasil e a sonegação são bem mais antigas do que imaginamos. A expressão "santo do pau oco", usada para designar pessoas falsas, surgiu provavelmente entre o final do século XVII e o início do século XVIII. Para driblar a cobrança do quinto santos em madeira oca eram esculpidos e, posteriormente, recheados de ouro em pó. Assim era possível passar despercebido pelos postos de fiscalização e não prestar contas às casas de fundição.



A fim de manter severo controle do ouro produzido na região a coroa proibiu a abertura de novas estradas em direção às minas, mantendo aberta apenas uma, onde se fazia severa fiscalização. Além disso, foi proibida a navegação através dos rios, que resultou em abandono e isolamento da região.

A FORMAÇÃO DOS ARRAIAIS

“Há ouro e água”. Isto basta. Depois da fundação solene do primeiro arraial de Goiás, o arraial de Sant'Anna, esse foi o critério para o surgimento dos demais arraiais. Para as margens dos rios ou riachos auríferos, deslocaram-se populações da metrópole e de todas as partes da colônia, formando, à proporção que se descobria ouro, um novo arraial “que podia progredir ou ser abandonado, dependendo da quantidade de riquezas existentes” (PARENTE, Temis Gomes, 1999, p.58).

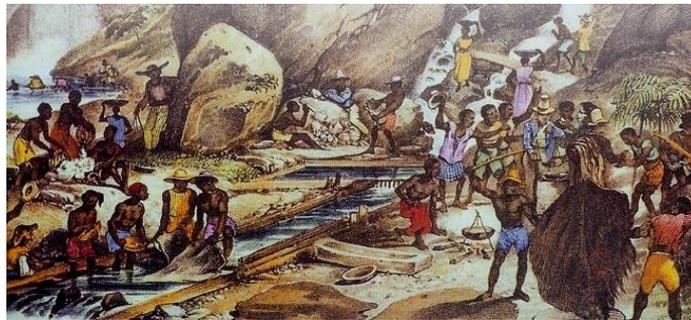
Nas décadas de 1730 e 1740, ocorreram as descobertas auríferas no norte de Goiás e, por causa delas, a formação dos primeiros arraiais no território, onde hoje se situa o Estado do Tocantins. Alguns foram extintos, outros resistiram à decadência da mineração e, no século XIX, transformaram-se em vilas e, posteriormente, em cidades.

Povoados que surgiram na época do ouro	
Cidade atual – povoado	Época
Natividade (São Luís)	1734
Arraias (Chapada dos Negros)	1734
Pontal	1738
Chapada da Natividade	1740

Conceição do Tocantins (Conceição do Norte)	1741
Almas (São Miguel)	1743
Monte do Carmo (Carmo)	1746
Porto Nacional (Porto Real e Porto Imperial)	1751
Dianópolis (Duro depois São José do Duro).	1751

O grande fluxo de pessoas de todas as partes e de todos os tipos permitiu que a composição social da população dos arraiais de ouro se tornasse bastante heterogênea. **Trabalhar, enriquecer e regressar ao lugar de origem era os objetivos dos que se dirigiam para as minas.** Em sua maioria, eram homens brancos, solteiros ou desacompanhados da família que contribuíram para a mistura de raças com índias e negras escravas. No final do século XVIII, os mestiços já eram grande parte da população e, posteriormente, foram absorvidos no comércio e no serviço militar.

A população branca era composta de mineiros e de pessoas pobres que não tinham nenhuma ocupação e eram tratados, nos documentos oficiais, como vadios.



Ser mineiro significava ser dono de lavras e de escravos. Era o ideal de todos os habitantes das minas, um título de honra e praticamente acessível a quase todos os brancos. O escravo podia ser comprado a crédito, sua posse dava o direito de requerer uma data - um lote no terreno de mineração - e o ouro era de fácil exploração, do tipo aluvional, acumulado no fundo e nas margens dos rios.

Todos, uns com mais e outros com menos ações, participavam da bolsa do ouro. Grandes comerciantes e contratadores que residiam em Lisboa ou Rio de Janeiro mantinham aqui seus administradores. Escravos, mulatos e forros também praticavam a **faiscagem - procura de faíscas de ouro em terras já anteriormente lavradas.** Alguns, pela própria legislação, tinham muito mais vantagens.



O negro teve uma importância fundamental nas regiões mineiras. Além de ser a mão-de-obra básica em todas as atividades, da extração do ouro ao carregamento nos portos, era também uma mercadoria de grande valor. Primeiro, a quantidade de negros cativos foi condição determinante para se conseguir concessões de lavras e, portanto, para um branco se tornar mineiro. Depois, com a instituição da capitação no lugar do quinto, o escravo tornou-se referência de valor para o pagamento do imposto. Neste, era a

Lei 568/07 – proibida a reprodução e venda.

quantidade de escravos matriculados que determinava o quanto o mineiro iria pagar em ouro para a Coroa. Mas a situação do negro era desoladora. Os maus-tratos e a dureza do trabalho nas minas resultavam em constantes fugas.

A mão-de-obra indígena na produção para a exportação foi muito menor que a negra. Isso é devido ao fato da não adaptação do índio ao rigor do trabalho exigido pelo branco, gerando uma produção de baixa rentabilidade.

A CRISE ECONÔMICA

O declínio da mineração foi irreversível e arrastou “consigo os outros setores a uma ruína parcial: diminuição da importação e do comércio externo, menor arrecadação de impostos, diminuição da mão-de-obra pelo estancamento na importação de escravos, estreitamento do comércio interno, com tendência à formação de zonas de economia fechada e um consumo dirigido à pura subsistência, esvaziamento dos centros de população, ruralização, empobrecimento e isolamento cultural” (PALACIN, 1979, p. 133). Toda a capitania entrou em crise e nada foi feito para sua revitalização. Endividados com os comerciantes, os mineiros estavam descapitalizados.

A avidez pelo lucro fácil, tanto das autoridades administrativas metropolitanas quanto dos mineiros e comerciantes, não admitiu perseveranças. O local onde não se encontrava mais ouro era abandonado. Os arraiais de ouro que surgiam e desapareciam, no Tocantins, contribuíram apenas para o expansionismo geográfico. Cada vez se adentrava mais o interior em busca do ouro aluvional, mas em vão.

No norte da capitania, a crise foi mais profunda. Isolada tanto propositalmente quanto geograficamente, a região sempre sofreu medidas que frearam seu desenvolvimento. A proibição da navegação fluvial pelos rios Tocantins e Araguaia eliminou a maneira mais fácil e econômica de a região atingir outros mercados consumidores das capitanias do norte da colônia. O caminho aberto que ligava Cuiabá a Goiás não contribuiu em quase nada para interligar o comércio da região com outros centros abastecedores, visto que o mercado interno estava voltado para o litoral nordestino. Esse isolamento, junto ao fato de não se incentivar a produção agropecuária nas regiões mineiras, tornava abusivo o preço de gêneros de consumo e favorecia a especulação. A carência de transportes, a falta de estradas e o risco freqüente de ataques indígenas dificultavam o comércio.

Além dessas dificuldades, o contrabando e a cobrança de pesados tributos contribuíram para a drenagem do ouro para fora da região. Dos impostos, somente o quinto era remetido para Lisboa. Todos os outros (entradas, dízimos, contagens, etc.) eram destinados à manutenção da colônia e da própria capitania.

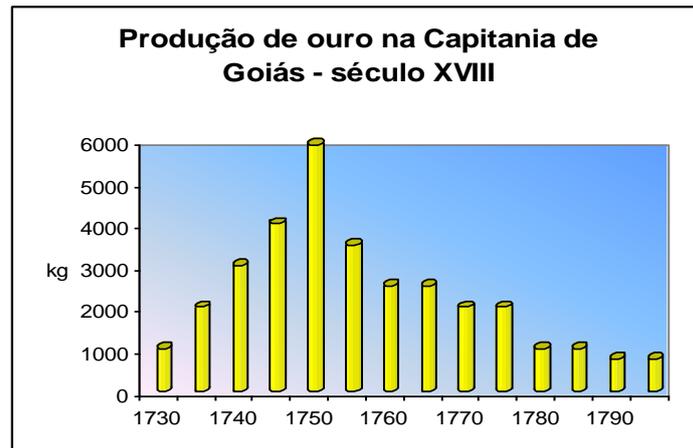
Inviabilizadas as alternativas de desenvolvimento econômico, devido à falta de acumulação de capital e ao atrofamento do mercado interno após o fim do ciclo da mineração, a população se volta para a economia de subsistência.

Nas últimas décadas do século XVIII e início do século XIX, toda a capitania estava mergulhada numa situação de crise, o que levou os governantes goianos a voltarem suas atenções para as atividades econômicas que antes sofreram proibições, objetivando soerguer a região da crise em que mergulhara.

A DECADÊNCIA DA PRODUÇÃO

A produção do ouro goiano teve seu apogeu nos primeiros dez anos de estabelecimento das minas, entre 1726 e 1735. Foi o período em que o ouro aluvional afluía por toda a região, resultando numa produtividade altíssima. Quando se iniciou a cobrança do imposto de capitação em todas as regiões mineiras, a produção começou a cair, possivelmente mascarada pelo incremento do contrabando na região, impossível de se mensurar.

De 1752 a 1778, a arrecadação chegou a um nível mais alto, por ser o período da volta da cobrança do quinto nas casas de fundição. Mas a produtividade continuou decrescendo. O motivo da contradição era a própria extensão das áreas mineiras que compensavam e excediam a redução da produtividade.



A distância das minas do norte, os custos para levar o ouro e o risco de ataques indígenas aos mineiros justificaram a criação de uma casa de fundição em São Félix em 1754. Mas, já em 1757, foi transferida para Cavalcante, “por não arrecadar o suficiente para cobrir as despesas de sua manutenção” (PARENTE, 1999, p. 51).

No período de 1779 a 1822, ocorreu a queda brusca da arrecadação do quinto, com o fim das descobertas do ouro de aluvião, predominando a faiscagem nas minas antigas. Quase sem transição, chegou à súbita decadência.

QUESTÕES

1. (UFT) – Considerando-se as consequências da descoberta de metais preciosos no interior do Brasil, no período colonial, é INCORRETO afirmar que:

- a) A Derrama consistia na cobrança dos impostos atrasados quando não eram preenchidas as cotas anuais, estabelecidas pelas autoridades portuguesas.
- b) A escassez de alimentos, nos primeiros anos de ocupação da região mineira, se deveu ao rápido crescimento populacional.
- c) A mineração determinou uma ocupação do território marcadamente rural, o que impediu a formação de cidades importantes.
- d) O excesso de rigor fiscal da Coroa portuguesa, no decorrer do século XVIII, provocou várias revoltas – como 1720 e 1789.

2. (BOMBEIROS - TO) – A produção de ouro em Goiás, incluía a parte que hoje compreende o Tocantins, foi a segunda maior do Brasil, perdendo apenas para Minas Gerais. Essa atividade foi responsável pelo surgimento de vários aglomerados urbanos. Alguns não resistiram à crise econômica causada pela escassez do produto e desapareceram. Foram vários fatores que deram causa ao fim da era aurífera. Dentre elas podemos mencionar:

- a) A carência de mão-de-obra e a disputa entre mineração e pecuária.
- b) A má distribuição federal e o contrabando por parte dos índios.
- c) As técnicas rudimentares e a concorrência da agricultura.
- d) O esgotamento das minas em virtude das técnicas rudimentares.
- e) Os interesses escusos do governo central e a interferência da indústria.

3. (PM/TO) – Sobre a crise econômica instaurada no norte goiano, em finais do século XVIII e início do século XIX; assinale a resposta INCORRETA.

- a) A proibição da navegação fluvial pelos rios Tocantins e Araguaia eliminou a maneira mais fácil e econômica de a região atingir outros mercados consumidores das capitanias do norte da colônia.
- b) O caminho aberto que ligava Cuiabá a Goiás não contribuiu em quase nada para interligar o comércio da região com outros centros abastecedores, visto que o mercado interno estava voltado às Minas Gerais.

- c) O isolamento junto com o fato de não incentivar a produção agropecuária nas regiões mineiras, tornava abusivo o preço de gêneros de consumo e favorecia a especulação.
- d) Apesar da facilidade dos transportes e das inúmeras estradas, o constante ataque indígena dificultava o crescimento econômico da região.

4. (PM/TO) sobre o movimento dos bandeirantes que ocorreu durante o século XVIII, é correto afirmar que o primeiro a descobrir ouro nos sertões do antigo Norte de Goiás foi:

- a) Manuel Campos da Silva.
- b) Bartolomeu Bueno da Silva – O Anhanguera.
- c) Domingos Rodrigues.
- d) Antônio Pedrosa Alvarenga.

5. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - TO) O povoamento da região do atual estado do Tocantins foi tardio em relação a grande parte do Brasil e, ainda hoje, sua população representa menos de 1% da população brasileira. O início do efetivo povoamento do território se deu:

- a) À atividade mineradora que se intensificou com a descoberta de ouro, promovendo o crescimento dos primeiros núcleos coloniais.
- b) À ação dos jesuítas que, ao se dedicarem ao trabalho missionário deram origem às principais cidades do Tocantins atual: Palmas, Natividade e Xambioá.
- c) À colonização do interior das terras brasileiras graças às investidas dos bandeirantes para aprisionamento dos negros quilombolas, para servirem de mão de obra nas lavouras açucareiras de São Paulo.
- d) Ao uso intenso das vias fluviais que cortam a região, graças à instalação das charqueadas que incrementaram o aparecimento dos núcleos populacionais.
- e) Aos bandeirantes portugueses que, ao vasculharem a região para prear índios mantinham povoados nas aldeias destruídas.

6. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - TO) A capitania de Goiás foi criada, na época desmembrada de São Paulo com a finalidade de:

- a) Combater os invasores holandeses que partindo da Guiana e Atravessando a Amazônia.
- b) Aldear os indígenas dispersos pelo interior através de mecanismos efetivos de intervenção como a FUNAI.
- c) Delimitar fazendas de criação de gado, redistribuindo lotes entre fazendeiros mais prósperos.
- d) Estimular a produção de cana-de-açúcar, em crescimento na capitania graças ao solo de massapé.
- e) Controlar as áreas mineradoras ampliadas com a descoberta de novas jazidas no século XVIII.

7. (BOMBEIROS - TO) – Em toda a região aurífera do Brasil, a metrópole portuguesa implantou um sistema de cobrança de impostos. No norte de Goiás foi implantado um imposto muito mais elevado em relação ao sul de Goiás, causando assim, revoltas e descontentamento pelos nortistas, esse imposto denomina-se:

- a) Entradas
- b) Passagem
- c) Sizas
- d) Derrama
- e) Captação

8. (UNITINS) – No início do século XIX, o príncipe regente, D. João, visando estimular a economia do norte da capitania de Goiás, acolheu o plano do desembargador Joaquim Theotônio Segurado e concedeu incentivos e isenções de impostos àqueles que fossem ocupar as margens do rio Tocantins e realizassem comércio com Belém do Pará. No século anterior (XVIII), entretanto, o governo proibiu a navegação pelo mesmo rio Tocantins. Tal proibição visava a:

- a) Proteger viajantes contra-ataques de grupos indígenas que habitavam as margens do rio Tocantins.
- b) Garantir que as potências europeias (sobretudo a Holanda) não invadissem o Brasil.

- c) Controlar a navegação para impedir a formação de cidades às margens do rio Tocantins, que poderiam atrapalhar o desenvolvimento da mineração nas vilas então existentes.
- d) Impedir o contrabando do ouro extraído nas minas do norte da capitania de Goiás.
- e) Impedir o contrabando de peles de animais caçados na região.

9. (AGENTE PENITENCIÁRIO - TO) – Nas décadas de 1730 e 1740 ocorreram às descobertas auríferas no norte de Goiás e, em função delas, a formação dos primeiros arraiais no território onde hoje se situa o estado do Tocantins. Marque a alternativa que aponta o surgimento, nos anos 30, dos primeiros arraiais formados com a descoberta do ouro:

- a) Arraiais e Xambioá;
- b) Cristalândia e Taguatinga;
- c) Natividade e Almas;
- d) Paranã e Porto Nacional;
- e) Silvanópolis e Pedro Afonso

10. (FIESPEN) “Dentre os pré-requisitos avaliados durante o processo seletivo para a contemplação de uma cidade no Monumento. Além da importância histórica, inclui-se também o fato de a cidade possuir monumentos, de grande relevância, tais como: Igrejas, a beleza do casario antigo, dentre outros aspectos”. No estado do Tocantins, a única cidade tombada pelo IPHAN. - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como patrimônio cultural histórico é a cidade de:

- a) Natividade
- b) Monte do Carmo
- c) Paranã
- d) Arraiais
- e) Palmas

11. (OFICIAL DA PM-TO) – As primeiras povoações urbanas no antigo Norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, receberam “topônimos” diferentes aos seus nomes atuais. Assinale a alternativa INCORRETA, quanto ao primeiro Topônimo e o nome atual de cidades do Tocantins:

- a) Porto Real = Porto Nacional
- b) Boa Vista do Padre João = Tocantinópolis.
- c) Chapada dos Negros = Natividade
- d) São José do Duro = Dianópolis

Gabarito:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
C	D	D	B	A	E	E	D	C	A	C

A PRIMEIRA CISÃO – 1736

Na época da mineração, as minas localizadas ao norte da Capitania de Goiás eram consideradas mais ricas do que as do centro-sul. Todavia, a arrecadação de impostos era inferior. Por isso, a cobrança do quinto - pagamento em ouro sobre a produção - foi substituída pela captação, que passou a cobrar uma taxa de imposto sobre cada escravo utilizado, acrescido de uma sobretaxa para as minas do norte. Essa diferenciação fiscal teve como justificativa o alto índice de contrabando na região em função do seu isolamento.

Contra essa discriminação se levantaram os mineiros do norte, ameaçando desligarem-se da Superintendência do centro-sul e ligar-se ao Maranhão, caso o governo insistisse na cobrança de um imposto que consideravam injusto. Ficaram dois anos sem pagar e só voltaram em igualdade de condições com as outras regiões.

Este episódio deixava evidente o caráter esporádico das relações entre o norte e o sul, que só existia em função de atos administrativos isolados com finalidades meramente fiscais ou jurídicas. A atitude dos mineiros causou a primeira cisão, nunca de toda reparada, na consciência de unidade do território de Goiás. Tal situação alimentou o sentimento de desligamento regional, que mais tarde iria se evidenciar como algo natural, geográfico e histórico.

A CRIAÇÃO DA COMARCA DO NORTE – 1809

A Comarca do Norte receberia a denominação de Comarca de São João das Duas Barras. Provisoriamente, Natividade seria a sede da Ouvidoria, enquanto não se fundava a vila de São João das Duas Barras, só que Teotônio não chegou a fundar essa vila, de acordo com historiografia existe duas versões sobre a desistência da mudança do local. A primeira é sobre a distância que isolava o sul, e a segunda é sobre um surto de malária.

Para facilitar a administração, a aplicação da justiça e, principalmente, incentivar o povoamento e o desenvolvimento da navegação dos rios Tocantins e Araguaia, o Alvará de 18 de março de 1809 dividiu a Capitania de Goiás em duas comarcas (distritos judiciários): a Comarca do Sul e a Comarca do Norte. Esta recebeu o nome de Comarca de São João das Duas Barras, assim como chamaria a vila que, na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, foi mandado criar com este mesmo nome, para ser sua sede. Para nela servir, foi nomeado o desembargador Joaquim Theotônio Segurado, como seu ouvidor.

TEOTÔNIO SEGURADO

Joaquim Teotônio Segurado nasceu em 1775 na vila do Alentejo – Portugal. Foi um dos principais líderes do movimento de separação do norte de Goiás, em 1821, quando chegou a instalar um governo independente que vigorou até 1823. Com a independência do Brasil perde o seu mandato, permanecendo ainda algum tempo em Portugal. Voltou para o Brasil em 1823, onde passou a viver em suas propriedades, perto da Vila de Palma. Desvinculou-se completamente da vida política e terminou tragicamente os seus dias sendo assassinado no dia 14 de outubro de 1831.

A nova comarca compreendia os julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Traíras e Flores. O Arraial do Carmo, que já tinha sido cabeça de julgado, perde a condição que foi transferida para Porto Real, ponto que começava a prosperar com a navegação do Tocantins.

Após muita insistência, **Dom João VI** aceita os argumentos de Segurado e libera a mudança da sede, porém com nova denominação: **Vila de São João da Palma** que ficaria na confluência dos rios Palma e Paranã, hoje cidade de **Paraná**. Assim, em **26 de janeiro de 1815**, Segurado funda a Vila de São João da Palma.

Theotônio Segurado, administrador da Comarca do Norte, muito trabalhou para o desenvolvimento da navegação do Tocantins e o incremento do comércio com o Pará. Ele assumiu **posição de liderança como grande defensor dos interesses regionais** e, tão logo se mostrou oportuno, não hesitou em reivindicar legalmente a autonomia político-administrativa da região.

O 18 de março foi, oficialmente, considerado o **Dia da Autonomia** pela Lei nº 960, de 17 de março de 1998 estabelecida como marco inicial da luta pela emancipação do Estado.

O Movimento Separatista do Norte de Goiás - 1821 a 1824

A **Revolução do Porto** no ano de 1820, em Portugal, exigindo a recolonização do Brasil, mobilizou, na colônia, especificamente no litoral, a elite intelectualizada em prol da emancipação do País. Em Goiás, essas idéias liberais refletiram na tentativa de derrubar a própria personificação da dominação portuguesa: o **Capitão-General Manoel Sampaio**.

A primeira investida para livrar a Comarca do Norte do jugo goiano na capital de Vila Boa inclusive propondo a independência do Brasil, foi organizada pelo **Capitão Felipe Antonio Cardoso** e pelo **Padre Luis Bartolomeu Marques (Apóstolo da Liberdade)** e seus companheiros. Esse movimento, contudo, foi abortado antes de sua deflagração, fato narrado mais tarde na Carta proposta por Segurado “*Os nossos*”

irmãos de Goiás fizeram um esforço infrutífero, ou por mal delineado, ou por ser rebatido por força superior”.

Mas os acontecimentos que ocorreram na Capital não ficaram isolados. A idéia da nomeação de um governo provisório, depois de fracassada na Capital, foi aclamada no Norte, onde já havia anseios separatistas. O desejo do padre Luiz Bartolomeu Marques não era outro senão a **independência do Brasil**. E a deposição de Sampaio seria apenas o primeiro passo. Para este fim, contavam com o vigário de Cavalcante e Francisco Joaquim Coelho de Matos, que cedeu a direção das coisas ao desembargador Joaquim Theotônio Segurado.

No dia 14 de setembro, um mês após a frustrada tentativa de deposição de Sampaio, **instalou-se o governo independentista do Norte, com Capital provisória em Cavalcante**. O ouvidor da Comarca do Norte, Theotônio Segurado, presidiu e estabeleceu essa junta provisória até janeiro de 1822. No dia seguinte, o governo provisório da Comarca da Palma fez circular uma proclamação em que se declarou separado do governo. As justificativas para a separação do norte em relação ao centro-sul de Goiás eram, para Segurado, de natureza econômica, política, administrativa e geográfica.

A instalação de um governo independente - não necessariamente em relação à Coroa Portuguesa, mas sim ao governo do Capitão-General da Comarca do Sul - parecia ser o único objetivo de Theotônio Segurado. A sua **posição não-independentista** provocou a **insatisfação de alguns dos seus correligionários políticos** e a retirada de apoio à causa separatista. Em outubro de 1821, ele transfere a Capital para Arraias, provocando oposição e animosidade dos representantes de Cavalcante. Com seu afastamento em janeiro de 1822, quando partiu para Lisboa como **deputado representante de Goiás na Corte**, agravou a crise interna.

“A partir dessa data, uma série de atritos parecem denunciar que a junta havia ficado **acéfala**. Na ausência de Segurado, nenhuma liderança capaz de impor-se com a autoridade representativa da maioria dos arraiais conseguiram se firmar. Pelo contrário, os interesses particulares dos líderes de Cavalcante, Palma, Arraias e Natividade se sobrepuseram à causa separatista regional” (CAVALCANTE, 1999, p.64).

MANIFESTO QUE CRIA A PROVÍNCIA DA PALMA

Habitantes da comarca da Palma! É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico; todas as províncias do Brasil nos têm dado este exemplo; os nossos irmãos de Goiás fizeram um esforço infrutífero, ou por mal delineado, ou por ser rebatido por força superior, eles continuam na escravidão, e até um dos principais habitantes dessa comarca ficou em ferros.

Palmenses! Sejamos livres, e tenhamos segurança pessoal; unamo-nos e principiemos a gozar as vantagens que nos promete a Constituição!

Abulam-se esses tributos que nos vexam, ou por sermos os únicos que os pagamos, ou por não serem conformes às antigas leis adaptáveis a esta pobre comarca. Saídas de gados, décimas, banco, papel selado, entrada de sal, ferro, aço e ferramentas ficam abolidas. Todos os homens livres têm direitos aos maiores empregos, à virtude e à ciência, eis os empenhos para os cargos públicos.

Todas as cabeças de julgado darão um deputado para o Governo Provisório. Os arraiais de São José, São Domingos, Chapada e Carmo ficam gozando da mesma prerrogativa. Esses deputados devem ser eleitos, e dirigirem-se imediatamente à Cavalcante, onde reside interinamente o Governo Provisório. Depois de reunidos todos os deputados, se decidirão qual deve ser a capital, e nela residirá o governo. Os soldados que quiserem sentar praça de infantaria vencerão cinco oitavas por mês e, na cavalaria, seis e meia.

Palmenses, ânimo e união! O governo cuidará da vossa felicidade. Viva a nossa santa religião, **viva o Sr. D. João VI, viva o Príncipe Regente e toda a casa de Bragança**, viva a Constituição que se fizer nas cortes reunidas em Lisboa. Cavalcante, 15 de setembro de 1821.

Como os rebeldes não aceitam a reunificação do Norte com o Sul, o governo de Goiás, cumprindo a resolução, envia em novembro de 1822 uma missão chefiada pelo **Padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury**, que ficou famoso e conhecido como “pacificador do Norte”.

Aqui chegando, a missão do Padre abriu uma devassa promovendo prisões (a primeira do Capitão Felipe Antônio Cardoso). Também conseguiu a dissolução do **Clube de Natividade**, o principal foco de oposição à unidade política. Em poucos dias o movimento separatista acabou sendo derrotado

Alguns aspectos explicam o fato:

- Fragmentação do movimento.
- Saída de Segurado para Lisboa em 06/01/1822.
- Período de transição política: D. Pedro tinha medo de o novo país desagregar-se (dividir em outros menores).

PERÍODO IMPERIAL: O SONHO CONTINUA

A luta pela criação do Estado do, Tocantins não parou com ação do padre Luís Gonzaga Fleury (Pacificador do Norte). O ideal libertário prosseguia, ocupando mentes e corações, entre os quais está o deputado goiano e escritor **Visconde de Taunay**, árduo defensor da libertação do norte goiano, que e colocou em pauta por duas vezes em 1873 e 1879 na Câmara Federal, a criação da **Província de Boa Vista do Tocantins** a ser formada com terras do norte goiano, com a **capital em Tocantinópolis**, porém o projeto foi engavetado.

Período Republicano

Após a Proclamação da república, em 1889, a ideia de separação do norte goiano voltou a ser discutida por diversas vezes, mas sem obter efeitos desejados. A luta libertária da população nortense continua sendo reprimida. Por outro lado, a miséria, o abandono e opressão, motivam inúmeros projetos.

República Velha – (1889 até 1930)

Entre 1889 até 1930, período em que os presidentes defenderam, sobretudo os interesses dos grandes fazendeiros paulistas e mineiros e pouco se preocuparam com o norte e nordeste do Brasil, são cogitadas várias propostas, todas se baseando no projeto do geógrafo **Ezequiel Ubatuba**, que dividia o Brasil em 34 Estados, com limites definidos pelos rios, incluindo o Estado do Tocantins.

Estado Novo (1930 até 1945)

Durante o governo Getúlio Vargas a luta pela criação do Tocantins ganhou novos rumos, quando em 1940 o **Coronel Aviador Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues** defende a criação do **Território Federal do Tocantins**, com a capital em, **Pedro Afonso** ou **Carolina**.

Outras lideranças:

- **Trajano Coelho** – empresário e prefeito de Pium
- **Dom Alano Maria do Noday** – bispo de Porto Nacional

Dom Alano

Dom Alano Marie Du Noday – Nasceu em Grand Champ (Bretanha) norte da França, filho do conde Arthur Rolland Du Noday. Concluiu o curso de filosofia em Paris. Em 1917 ingressou na Cavalaria do exército francês e seguiu para a África no comando de uma expedição militar para combater uma insurreição nativista no Marrocos. Recebeu várias condecorações do governo francês. Em 1921 ingressa na Ordem Dominicana de Toulouse.

No Brasil, exerceu o episcopado no Rio de Janeiro, onde permaneceu por três anos como professor; em 1936 foi nomeado pelo Papa para assumir o bispado de Porto Nacional, onde permaneceu até 1985. Durante sua permanência na Diocese de Porto Nacional percorreu em lombo de burro os sertões; servindo a igreja, deixando a mensagem do evangelho e da necessidade de se criar o Estado do Tocantins.

Período de Redemocratização (1945 a 1964)

A ideia da separação ganha as ruas e começa a mobilizar a população. Em 1953 Oswaldo Ayres funda o jornal A Norma e passou a divulgar o ideário e emancipação, em Pium o jornalista Trajano Coelho Lança o Jornal Eco do Tocantins.

Juiz de direito **Feliciano Machado Braga** organiza em 13 de maio de 1956 um documento conhecido como **Manifesto Tocantinense a Nação**. Como símbolo do movimento cria a bandeira, o Jornal O Estado do Tocantins, o hino e indica o Divino Espírito Santo como padroeiro.

A Criação do Estado do Tocantins – 1988

Foi na metade do século passado que o povo do norte goiano retoma o ideal emancipacionista com novo ânimo. Esse idealismo motivou estudantes, que criaram a **Casa do Estudante do Norte-Goiano (CENOG)**, instituição bastante atuante no movimento.

Foi quando a ideia também nasceu num cearense, que na época era deputado por Goiás, chamado **José Wilson Siqueira Campos**. Siqueira abraçou a ideia em 1971. Desde então foram muitas lutas. Siqueira apresentou a proposta de divisão do Estado por três vezes na década de 70. O empenho de Siqueira continuou nos anos 80, mas esbarrou no **veto do presidente José Sarney**, em 1985. O então deputado federal Siqueira Campos fez greve de fome, comoveu o Sarney que cria a Comissão de Redivisão Territorial.

O ano era 1987. As lideranças souberam aproveitar o momento oportuno para mobilizar a população em torno de um projeto de existência quase secular e pelo qual lutaram muitas gerações: a autonomia política do norte goiano, já batizado de Tocantins.

A **CONORTE** (Comissão de Estudos dos Problemas do Norte) apresentou à Assembléia Constituinte uma **emenda popular**, com cerca de 80 mil assinaturas, como reforço à proposta de criação do Estado. Foi formada a União Tocantinense, organização suprapartidária que tinha o objetivo de realizar a conscientização política em toda a região norte para lutar pelo Tocantins também, através de emenda popular. Com objetivo similar, nasceu o **Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins**, que conquistou importantes adesões para a causa separatista. "O povo nortense quer o Estado do Tocantins. E o povo é o juiz supremo. Não há como contestá-lo", reconhecia o governador de Goiás na época, Henrique Santilo (SILVA, 1999,p.237).

Em junho, o deputado Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da Assembléia Nacional Constituinte, redige e entrega ao presidente da Assembléia, deputado Ulisses Guimarães, a fusão de emendas, criando o Estado do Tocantins, que foi votada e aprovada no mesmo dia. Pelo **artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias** da Constituição, em **5 de outubro de 1988**, nascia o Estado do Tocantins.

A eleição dos primeiros representantes tocantinenses foi realizada em **15 de novembro de 1988**, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, junto com as eleições dos prefeitos municipais. Além do governador e de seu vice, foram escolhidos os senadores e deputados federais e estaduais.

A cidade de **Miracema do Norte**, localizada na região central do novo Estado, foi escolhida como **Capital provisória**. No dia **1º de janeiro de 1989**, foi instalado o Estado do Tocantins e empossado o governador, José Wilson Siqueira Campos, o vice, Darci Martins Coelho, os senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antônio Luiz Maya, juntamente com oito deputados federais e 24 estaduais.

Em ato contínuo, o governador assinou decretos, criando as secretarias de Estado e viabilizando o funcionamento dos poderes Legislativo e Judiciário e dos Tribunais de Justiça e de Contas. Foi nomeado o primeiro secretariado e os primeiros desembargadores. Também foi assinado decreto, mudando o nome das cidades do novo Estado que tinham a identificação "**do Norte**" que passaram a ser "**do Tocantins**". Foram alterados, por exemplo, os nomes de Miracema do Norte, Paraíso do Norte e Aurora do Norte para Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Aurora do Tocantins.

No dia **5 de outubro de 1989**, foi promulgada a primeira Constituição do Estado, feita nos moldes da Constituição Federal. Foram criados mais 44 municípios, além dos 79 já existentes. Atualmente, o Estado possui 139 municípios.

VETO DO PRESIDENTE SARNEY

... Alguns dados são exemplificativos das dificuldades que encontra o novo Estado para fazer face às suas despesas de governo. Da arrecadação do ICM no Estado de Goiás em 1984, 93% foram gerados na região sul do Estado, e apenas 7% na região norte (em 2006 este percentual seria de 14,5%); a população da região norte representa 19% (neste ano este percentual seria de 18%) da população do Estado. Por outro lado, enquanto a arrecadação do ICM, no Estado de Goiás, representaria Cr\$ 47.450 por habitante. Tais dados demonstram que o desmembramento se constituiria em agravamento das diferenças entre as duas regiões, beneficiando a região sul, mas desenvolvida, pela liberação dos encargos que tem, no momento, com o atendimento da região norte. Nunca será demais salientar que se tornará particularmente difícil à União socorrer o novo Estado, caso se mostre necessário. Decidi, pois, negar sanção ao projeto de criação do Estado do Tocantins, fundamentado nas razões que ora tenho a honra de submeter à elevada apreciação dos senhores membros do Congresso Nacional. Brasília, 3 de abril de 1985. José Sarney, Presidente.

ARTIGO 13 DO CAPÍTULO DOS ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a região Norte e limita-se com o estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

§ 2º O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembleia Constituinte.

§ 3º O governo, o vice-governador, os senadores, os deputados estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral (...).

§ 4º Os mandatos do governador, do vice-governador, dos deputados federais e estaduais eleitos na forma do parágrafo anterior extinguir-se-ão concomitantemente aos das demais unidades da Federação; o mandato do senador eleito menos votado extinguir-se-á nessa mesma oportunidade, e o dos outros dois, juntamente com o dos Senadores eleitos em 1986 nos demais Estados.

§ 5º A Assembleia Estadual Constituinte será instalada no quadragésimo sexto dia da eleição de seus integrantes, mas não antes de 1º de janeiro de 1989, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e dará posse, na mesma data, ao Governador e ao Vice-Governador eleitos.

§ 6º Aplicam-se à criação e instalação do Estado do Tocantins, no que couber, as normas legais disciplinadoras da divisão do Estado de Mato Grosso, observado o dispositivo no art. 234 da Constituição.

§ 7º Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos..

Exercícios

1. (AGENTE PENITENCIÁRIO - TO) – Em relação à região onde se encontra o estado do Tocantins, pode-se verificar no percurso da história, que, ainda no século XIX, por ordem de D. João VI, foi autorizada a criação da Comarca do Norte, que receberia o nome de São João das Duas Barras, sendo nomeado como primeiro ouvidor para a Comarca:

- a) Pedro de Alcântara
- b) Joaquim Theotônio Segurado
- c) Felipe Antônio Cardoso
- d) Manoel Sampaio

2. (SOLDADO E BOMBEIRO DA PM - TO). A sede da Comarca do Norte não chegou a ser construída na região onde, hoje, fica a Cidade de Marabá-PA. Sendo transferida para o local que hoje é a cidade de Paranã, sendo alterado o nome de São João das Duas Barras para Vila da Palma, cumprindo-se o desejo de D. Pedro I, de que a sede da Comarca tivesse o nome de seu pai D. João VI. A fundação da sede da Comarca com o nome de Vila da Palma ocorreu em:

- a) 26 de agosto de 1815.
- b) 26 de setembro de 1815.
- c) 26 de novembro de 1815.
- d) 26 de janeiro de 1815.

3. (SARGENTO DA PM - TO) Identifique o país em que nasceu Teotônio Segurado.

- a) Brasil.
- b) Inglaterra.
- c) Portugal.
- d) França.

4. (SOLDADO E BOMBEIRO DA PM - TO) Em relação à criação do Estado do Tocantins pode-se afirmar que foi resultado de um processo histórico que teve seu início ainda na época do Brasil Colônia, O primeiro nome que a Comarca do Norte recebera, era São João das Duas Barras, dado à Vila que se formaria na confluência de dois grandes rios que banham a região. Quanto a estes rios pode-se dizer que eram:

- a) O rio Tocantins e o rio Itacaiúnas.
- b) O rio Araguaia e o rio Manoel Alves Grande.
- c) O rio Tocantins e o rio Araguaia.
- d) O rio Tocantins e o rio Manoel Alves Grande.
- e) O rio Araguaia e o rio Manoel Alves Pequeno.

5. (SOLDADO E BOMBEIRO DA PM - TO) A historiografia regional apresenta duas versões que inviabilizaram a fundação da Vila de São João das Duas Barras na região escolhida em primeiro plano. Uma das versões alega o problema da distância da Região Sul, a outra apresenta o medo de um surto de malária naquela região. Assim, a desembargador, Joaquim Teotônio Segurado, solicitou ao rei a autorização para mudar a sede da comarca para outro lugar. Esta nova localidade recebeu o nome da São João da Palma, lugar que hoje é a cidade de:

- a) Natividade.
- b) Porto Real.
- c) Paranã.
- d) Arraias.
- e) Pium.

6. (CFO/PM - TO) – “Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que este Alvará com força de lei, que sendo presente que muito me importará ao meu Real serviço e aos meus fieis vassalos da Capitania de Goiás mais uma Comarca, que hei de bem criar e que se denominará Comarca de São João das Duas Barras desanexando a antiga parte do norte”. Esse fragmento do Alvará que cria a comarca do Norte foi assinado pelo Príncipe Regente D. João VI, no Palácio do Rio de Janeiro, em:

- a) 25 de outubro de 1725.
- b) 20 de maio de 1898.
- c) 18 de março de 1809.
- d) 05 de outubro de 1988.
- e) 18 de abril de 1809.

7. (CFO da PM/TO) – Em relação a Joaquim Theotônio Segurado, pode-se afirmar que:

- a) Tinha profundos laços políticos com José Bonifácio de Andrada.
- b) Foi um dos primeiros líderes, que encabeçaram o processo histórico de autonomia do antigo norte goiano.
- c) Originalmente, pertenceu à bandeira de Borba Gato.
- d) Foi um grande entusiasta pelo processo de independência do Brasil.
- e) É natural de Paranã, cidade do atual estado do Tocantins.

8. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - TO) A região do atual estado do Tocantins, mesmo antes de sua criação, já havia estado separado do sul do antigo estado de Goiás. Em 1821, o ouvidor da comarca de Palma declarava a independência da região em relação ao sul, porém:

- a) Proclamava também a República do Tocantins;
- b) Expulsava todos os portugueses da Província de Goiás;

- c) Transferia a capital para Vila Boa, cidade situada ao sul da Província;
- d) Abolia, ainda, a escravidão africana e indígena na Capitania de Goiás;
- e) Mantinha fidelidade à Coroa portuguesa e a D. João VI.

9. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - TO) O fracasso do movimento ocorrido entre 1821 a 1824 pode ser explicado, entre outros fatores, pela(s):

- a) Impossibilidade de instalar um governo independente em relação à Coroa Espanhola, sem recursos financeiros e econômicos que o sustentasse.
- b) Imediata reação do governo português, enviando à região tropas que mantiveram a província unificada.
- c) Localização geográfica da região, distante do poder central brasileiro, sediado no Rio de Janeiro.
- d) Morte do principal líder, Manoel Sampaio, deixando sem rumo os revolucionários emancipacionistas;
- e) Divergências internas quanto à abrangência da emancipação.

10. (SOLDADO E BOMBEIRO DA PM - TO) - A primeira investida para livrar a Comarca do Norte do jugo goiano, na capital Vila Boa inclusive propondo a independência do Brasil, Foi organizada por:

- a) Lysias Augusto Rodrigues e seus companheiros.
- b) João Cardoso de Meneses e Sousa e seus companheiros.
- c) Felipe Antonio Cardoso e pelo Pe. Luiz Bartolomeu Marques e seus companheiros..
- d) Fausto de Souza e seus companheiros

11. (CFO/PM) – Felipe Antônio Cardoso, o Padre Luiz Bartolomeu Marques e seus companheiros promoveram a primeira investida para livrar a comarca do Norte do jugo goiano na capital:

- a) Paranã.
- b) Natividade.
- c) São João das Duas Barras.
- d) Vila Boa.
- e) São João da Palma.

12. (UNITINS TECNÓLOGO) Em relação à história do Tocantins, observa-se que, em 14 de setembro de 1821, exatamente um mês após a frustrada tentativa de deposição do capitão-general Sampaio da Província de Goiás, instalou-se o governo independente do norte, com capital provisória em:

- a) Porto Nacional.
- b) Cavalcante.
- c) Carolina.
- d) Tocantinópolis.
- e) Natividade.

13. (SOLDADO E BOMBEIRO DA PM - TO) A luta pela criação do Estado do Tocantins não parou com a ação do padre Luiz Gonzaga Fleury. O ideal libertário prosseguiu, ocupando mentes e corações, entre os quais está o deputado goiano e escritor Visconde de Taunay, árduo defensor da libertação da noite goiano, que coloca em pauta por duas vezes em 1873 e 1879, na Câmara Federal, a criação da província (...), a ser formada com terras do norte goiano (BATISTA 2005, P22). A província a ser criada pelo projeto do deputado Taunay receberia o nome de:

- a) Porto Real, hoje a cidade de Porto Nacional.
- b) Lontra, hoje a cidade de Araguaína.
- c) Colina do Norte, hoje a cidade de Colinas do Tocantins.
- d) Boa Vista do Tocantins, hoje a cidade de Tocantinópolis.
- e) Miracema do Norte, hoje a cidade de Miracema do Tocantins.

14. (SOLDADO E BOMBEIRO DA PM - TO) Na era Vargas, o Coronel Aviador Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues entrou na lula pela criação do território federal do Tocantins, com a capital na Cidade de:

- a) Porto Nacional ou Tocantinópolis.
- b) Natividade ou Arraias.
- c) Pedro Afonso ou Carolina.
- d) Pedro Afonso ou Porto Nacional.
- e) Araguaína ou Gurupi.

15. (AGENTE PENITENCIÁRIO DO TO) Entregou-se de corpo e alma na luta pela emancipação política do norte goiano. Juiz de Direito, com uma expressiva simpatia da população, engajou-se na luta pela criação do Estado do Tocantins, colocando em risco sua própria carreira de magistrado. Ministrou palestras, organizou carreatas e manifestos, com destaque para o Manifesto Tocantinense, escrito em 13 de maio de 1956. O texto fala de uma grande luta pela criação do estado do Tocantins, que é:

- a) Feliciano Machada Braga.

- b) Joaquim Ares da Silva.
- c) Osvaldo Ayres da Silva.
- d) Benjamim Rodrigues.
- e) Dom Alano Maria do Noday.

16. (SOLDADO E BOMBEIRO DA PM - TO) Feliciano Machado Braga - entregou se de corpo e alma na luta pela emancipação política do norte goiano. (...), (com) uma expressiva simpatia da população entregou-se na luta pela criação do estado do Tocantins, colocando em risco a sua própria carreira (...) Ministrou palestras, organizou carreatas e manifestos, com destaque ao Manifesto Tocantinense — escrito em 13 de maio de 1956. Chegaram a criar o hino, a bandeira e o padroeiro para o novo Estado. Feliciano Machado exercia a profissão de:

- a) Juiz de Direito.
- b) Jornalista.
- c) Médico.
- d) Advogado.

17. (CFO/PM) – No Período Republicano, continuaram-se as lutas pela separação do norte da região sul de Goiás. O geógrafo que propôs a divisão do Brasil em 34 estados, com limites definidos pelos grandes rios, incluindo o estado do Tocantins foi:

- a) Ezequiel Ubatuba.
- b) Lysias Rodrigues.
- c) José Pires do Rio.
- d) Manoel Sampaio.
- e) Visconde de Taunay.

18. (CFO ESPECIALISTA DA PM - TO) – A luta emancipacionista do estado do Tocantins foi construída por vários atores dessa história, sendo que os estudantes do então norte-goiano tiveram um papel salutar no processo de construção do estado, principalmente na década de 60 e 70. Essa liderança estudantil foi tão importante que conseguiu organizar politicamente em Goiânia, através:

- a) CONORTE.
- b) COORENORTE.
- c) Casa do Aluno Tocantinense.
- d) CENOG.

19. (CHOA – PM - TO) – Na década de 1980, foi articulada uma comissão de estudos com o propósito da emancipação da região. Essa comissão foi chamada de:

- a) CONETINS – Comissão do Noroeste do Tocantins.
- b) COMEX – Comissão Executiva do Norte Goiano.
- c) CONORTE – Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano.
- d) CONCRITO – Comissão de Criação do Tocantins.

20. (HABILITAÇÃO DE CABO PM - TO) Um presidente da República do Brasil vetou por duas vezes a criação do estado do Tocantins. Assinale a resposta correta:

- a) João Baptista Figueiredo.
- b) José Sarney.
- c) Fernando Collor de Melo.
- d) Itamar Franco.

21. (TRE -TO) — Ao longo do tempo, muitas foram as lideranças que se destacaram na luta pela emancipação do Tocantins. Nos anos 80, um parlamentar ficou nacionalmente conhecido não apenas por apresentar reiteradamente sua proposta para a criação do Tocantins, mas por ter chegado, inclusive, a fazer greve de fome para sensibilizar o Congresso Nacional para a causa que defendia. Conquistado o objetivo. Elegeu-se pelo voto direto governador da Tocantins. Trata-se:

- a) Marcelo Miranda
- b) Henrique Santillo
- c) Carlos Patrocínio
- d) João Ribeiro
- e) Siqueira Campos

22. (PREF. DE PARAÍSO - TO) - As primeiras eleições do Estado do Tocantins foram realizadas em:

- a) 15 de novembro de 1978.
- b) 4 de outubro de 1982.
- c) 15 de novembro de 1988.
- d) 4 de outubro de 1988.

23. (UNITINS - TO) – O movimento separatista organizado no norte de Goiás, vai do período de 1821 a 1988, ou seja, 167 anos de luta pela divisão do estado de Goiás, no qual o norte desse estado passou a ser denominado Tocantins. Tendo a instalação ocorrida definitivamente em 1º de janeiro de 1989, na capital provisória:

- a) Araguaína.
- b) Porto Nacional.
- c) Miracema.
- d) Gurupi.
- e) Paraíso do Norte.

24. (PM - TO) – Criado o estado do Tocantins através do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em 05 de outubro de 1988, para sua capital provisória foi escolhida a cidade de Miracema, onde tomaram posse o governador e vice-governador e os deputados estaduais. O processo de escolha desses dirigentes foi por:

- a) Eleição através do voto direto e popular.
- b) Eleição através do voto indireto.
- c) Eleição somente para deputados, que escolheram o governador e seu vice.
- d) Escolha pessoal do Presidente da República.
- e) Nomeação pelo governador do estado de Goiás.

25. (BOMBEIROS - TO) Criado o estado do Tocantins por força da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, se desencadeou o processo eleitoral, o qual proporcionou a eleição em 15 de novembro do mesmo ano. A coordenação do processo se deu através do:

- a) Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.
- b) Tribunal Superior Eleitoral.
- c) Tribunal de Justiça do Tocantins.
- d) Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.
- e) Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

26. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - TO) – A autonomia da região do atual estado do Tocantins em relação a Goiás, efetivada inteiramente apenas em 1988, já era antigo desejo da população local. Ao longo dos séculos XVIII e XIX houve episódios que evidenciaram este ideal de emancipação, tendo sido o primeiro deles a (o):

- a) Criação do Clube de Natividade.
- b) Criação da Comarca do Norte, por alvará de D. João.
- c) Fundação da CONORTE.

- d) Transferência da capital do antigo estado para Palmas.
- e) Levante dos mineradores do Norte contra as diferenças fiscais.

27. (HABILITAÇÃO DE SARGENTO PM - TO) O artigo 13 do Capítulo Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 que criou o Estado do Tocantins pelo desmembramento de sua área do Estado de Goiás, passando a integrar a Região Norte. Ficou estabelecido que o Tocantins limita-se com o Estado de Goiás, pelas divisas norte daquele Estado com os seguintes municípios:

- a) São Miguel do Araguaia, Porangatú, Formoso. Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos.
- b) São Miguel do Araguaia, Araguaçu, Alvorada, Porangatú, Formoso do Araguaia, Alto Paraíso e Campos Belos.
- c) Alvorada, Talismã, Araguaçu, Palmeirópolis, Arraias, Paranã, Combinado e São salvador.
- d) Porangatú, Minaçu, Cavalcante Alto Paraíso, Campos Belos e Taguatinga.

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	D	C	A	C	C	B	E	E	C

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	D	C	A	A	A	D	C	B

21	22	23	24	25	26	27
E	C	C	A	D	E	A

Coluna Prestes

A "Grande Marcha" de 1925 a 27 foi o ponto culminante de um movimento militar, denominado de **Tenentismo**. Esse movimento armado visava derrubar as oligarquias que dominavam o país e, posteriormente, desenvolver um conjunto de reformas institucionais, com o intuito de eliminar os vícios da **República Velha**.

A organização política republicana desde período baseava-se na estrutura agrária existente, onde a sociedade rural estava enquadrada política e eleitoralmente pelos mecanismos de **mandonismo local**, dentro de um sistema marcado pelos **currais eleitorais**. Dessa maneira, os grupos urbanos estavam marginalizados efetivamente da vida política do país.

Apesar de formado por uma minoria da sociedade, as camadas urbanas conheciam um processo constante de crescimento, que havia se acentuado principalmente com a 1º Guerra Mundial. **Militares, funcionários públicos, operários, pequenos proprietários e trabalhadores em geral, formavam uma**

camada média crescente, com direitos políticos garantidos, mas na prática excluída do poder. O descontentamento com tal situação processou-se de diversas maneiras, destacando-se o movimento operário e o tenentismo.

O Tenentismo

O movimento tenentista reflete ao mesmo tempo a crise da República Velha e seus tradicionais métodos de manipulação do poder, como também as peculiaridades da instituição militar, melhor definida politicamente desde o governo Floriano Peixoto.

Desde o final do século XIX pode-se perceber um movimento no interior do exército promovido pelos **militares "florianistas", que consideravam o exército como o verdadeiro responsável pela implantação da República no país.** Essa tendência reforçou o sentimento de corpo dos militares que, a partir do governo de Prudente de Moraes, passaram a ocupar um lugar secundário na política nacional. Sem poder político efetivo, porém organizados dentro de uma instituição centralizada, parte dos militares enxergava a república se corromper pelos políticos civis, que haviam se apropriado do poder.

Apesar desse sentimento de corpo e a uma certa oposição a política desenvolvida pelos **coronéis**, não foi o exército como um todo que participou das rebeliões que ocorreram na década de 20. O movimento armado foi organizado principalmente pelos **tenentes** e contou com a simpatia e a participação de elementos da baixa oficialidade (sargentos, cabos e soldados) enquanto que **a cúpula militar se manteve fiel a "ordem"**.

De uma forma geral considera-se o movimento tenentista como elitizado, na medida em que considera que apenas o exército é capaz de eliminar os vícios da República e dotar o país de uma estrutura política e administrativa moderna. **Apesar de terem um padrão de vida igual ao da classe média e em parte refletir o mesmo descontentamento frente ao poder, os tenentes não podem ser considerados como representantes desta camada,** primeiro por não pretender organiza-la, segundo por que possuíam um "espírito de corpo", com características bem peculiares, reforçando os interesses intrínsecos desse grupo social.

Durante cerca de dois anos, a coluna Prestes, comandada por Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes, **composta da junção das tropas que se sublevaram em São Paulo e no Rio Grande do Sul,** em julho de 1924, percorreu cerca de 25 mil quilômetros no interior do Brasil, pregando o fim da República Velha, a modernização do país e a realização de reformas sociais.

Apesar do grande número de soldados enviados contra ela e das alianças feitas entre as autoridades e os chefes locais para tentar esmagar a coluna, **o movimento não foi sufocado** - e o nome de Prestes ganhou projeção nacional.



No início de 1827, depois de cruzar onze estados, os integrantes da marcha exilaram-se na Bolívia.

O manifesto que se segue, divulgado em Porto Nacional, expõe os objetivos da coluna.

Trincheiras revolucionárias abandonadas, São Paulo, 1924

Manifesto da Coluna Prestes - Porto Nacional (1925)

“Concidadãos:

Depois de 15 meses de luta encarniçada — marcados, dia a dia, por todas as angústias que ensombram o cenário triste de uma guerra civil —, temos hoje, ao chegar ao coração do Brasil, às margens do portentoso Tocantins, o feliz ensejo de, mais uma vez, reafirmar a nossa Pátria que a Cruzada patriótica, iniciada ao 5 de julho, na Capital gloriosa de São Paulo e engrossada, mais tarde, pelos bravos filhos da terra gaúcha, ainda não expirou e nem expirará, esmagada pelas baionetas da tirania.

Apesar dessa longa peregrinação de sacrifícios, anima-nos ainda, a mesma fé inabalável dos primeiros dias de jornada, alicerçada na certeza de que a maioria do povo brasileiro, comungando conosco os ideais da Revolução, anseia por que o Brasil se reintegre nos princípios liberais, consagrados pela nossa Constituição — hoje espezinhada por um sindicato de políticos sem escrúpulos, que se apoderaram dos destinos do País, para malbaratar a sua fortuna, ensangüentar o seu território e vilipendiar o melhor de suas tradições.

E o povo pode ficar certo de que os soldados revolucionários não enrolarão a bandeira da Liberdade enquanto se não modificar esse ambiente de despotismo e intolerância que asfixia, num delírio de opressão, os melhores anseios da consciência nacional!

Povo Brasileiro!

Marcha de Horrores

Até agora, os registros históricos indicavam que esse exército revolucionário era saudado com fogos de artifício e bandas de música por onde passava. E recebia todo o apoio dos moradores para continuar sua marcha contra o governo do presidente Arthur Bernardes. Parte desse relato de heroísmos terá de ser revista. Os arquivos abertos recentemente revelaram uma face vergonhosa de muitos dos bravos cavaleiros da Coluna. Em vários lugares por onde passaram, os **soldados da Coluna espalharam terror entre a população** praticando saques e violências dignos de um bando de salteadores.

Em vez de aguardar em festa a Coluna, moradores de vários lugarejos fugiam apavorados com a proximidade das tropas. Uma carta enviada pelo coronel João Ayres Joca, habitante de Porto Nacional, no norte de Goiás, aos principais homens do comando revela o pânico da população com a chegada dos combatentes. "A delicada missiva com que nos honrastes veio aliviar a nossa cidade da natural apreensão com a aproximação da Coluna", diz o militar. "**Não se pôde, porém, impedir o esvaziamento quase completo da cidade**", acrescenta.



No dia 14 de outubro de 1925, uma correspondência remetida ao general Miguel Costa pelo padre dominicano José Maria Amorim confirma a impossibilidade de evitar o êxodo dos moradores da cidade. "**Apesar dos esforços, retira-se grande parte da população**", relata o padre, que em seguida faz um **apelo dramático ao general. "Pedimos, suplicamos em nome deste povo portuense para que a passagem das tropas de vossa excelência não venha importunar e aumentar as dificuldades com que lutam nossos sertanejos."** O pedido, contudo, parece não ter surtido efeito. Numa nova carta, escrita ao general sete dias depois, o mesmo padre protesta. "A passagem da Coluna revolucionária através de nossos sertões e por nossa cidade tem sido um lamentável desastre que ficará por alguns anos irreparável. **Em poucos dias, nosso povo, na maioria pobre, viu-se reduzido à quase completa miséria**", denuncia.

De alguma forma, o comando da Coluna admitia os excessos. Numa resposta ao padre, Prestes, Costa e Távora tentaram justificar os abusos. "Afiançamos-lhe que só temos retirado do patrimônio do povo aquilo

que é indispensável às necessidades imprescindíveis da tropa", escreveram os chefes da Coluna. Em outra correspondência, contudo, o general Costa revelava-se vexado com a violência dos soldados comandados por ele. "(...) **Envergonha não só a nossa causa como o Brasil. Além do roubo e da tentativa de incêndio, ficou provado o excesso nas libações alcoólicas**".

Os fatos que agora vêm à tona ainda que não alterem o valor histórico do movimento, mostram uma nova face da Coluna Prestes. Uma face cruel e desumana.

Membros da Coluna Prestes na Bolívia, vendo-se Luís Carlos Prestes (sentado na quarta posição, da esquerda para a direita), 1927. Bolívia.

Inaugurado em 5 de outubro de 2001, o Memorial Coluna Prestes é considerado um dos marcos arquitetônicos, culturais e históricos do Tocantins. O espaço abriga um importante acervo, composto por fotografias, documentos e objetos pessoais doados pela família de Luiz Carlos Prestes

Guerrilha do Araguaia - Bico do Papagaio (1966 a 1974)

A guerrilha foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), na ilegalidade, **entre 1966 e 1974**. Por meio de uma guerra popular prolongada, **os integrantes do PC do B pretendiam implantar o comunismo no Brasil, iniciando o movimento pelo campo**, à semelhança do que já ocorrera na China (1949) e em Cuba (1959). O palco de operações se deu onde os estados de **Goiás, Pará e Maranhão** faziam fronteira. O nome foi dado à operação por se localizar as margens do rio Araguaia, próximo às cidades de **São Geraldo e Marabá no Pará e de Xambioá** no Bico do Papagaio. Estima-se que participaram em torno de **setenta a oitenta guerrilheiros** sendo que, destes, a maior parte se dirigiu àquela região em torno de 1970. Entre eles, o ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), **José Genoíno**, que foi detido pelo Exército em 1972.

Em 1971, ocorreu uma manifestação concreta de ação militar no Brasil, onde o exército brasileiro, sofreu a sua maior prova, na região de Xambioá, norte do antigo estado do Goiás, (hoje Tocantins) formou-se um quadrante de ação operacional, seguido de ações de 3 divisões clássicas de combate pôr quadrantes menores, ou seja, a formação de **3 batalhões de 21 soldados de 3 pelotões de 7 soldados, totalizando 63 componentes**. O líder de cada grupo de 7 soldados, desconhecia as ordens do comandante do batalhão de 21, que desconhecia a formação e identificação dos demais batalhões, assim a pirâmide de autoridade seguia uma linha de formação utilizada na guerra da Argélia, perdida pelos franceses e pela legião estrangeira.

No conflito entre o Exército Brasileiro e guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil - PC do B, dezenas de comunistas foram mortos ou capturados. Do lado do Exército Brasileiro, **aproximadamente 16 soldados pereceram**. Alguns habitantes da região que integraram as fileiras guerrilheiras também morreram. Houve ainda os "bate-pau", que eram os moradores do local que optavam por ajudar o exército.

Ex-militares querem indenização por Araguaia

Mais de 175 ex-militares já entraram com ações na Justiça Federal em Brasília contra a União, pedindo indenização por danos morais, físicos e psicológicos sofridos durante o combate à guerrilha do Araguaia, na época da ditadura. Os querelantes protestam por ter participado da captura, guarda e morte de guerrilheiros do PC do B a mando de seus superiores. Nos processos, os ex-militares reclamam de sequelas psicológicas do tempo que passaram na Amazônia - insônia, crises de pesadelo, dificuldades na convivência social, comportamento irritadiço e até loucura. Eles alegam não terem sido preparados para a ação, e criticam as condições insalubres com que tiveram de conviver.

Veja, 7 de agosto de 2008



O fim da guerra no fim do mundo

Nas duas primeiras expedições militares foram mobilizados até recrutas sem nenhuma experiência em conflitos na selva, que mal conheciam o terreno, estavam mal preparados e encerraram a missão deixando quarenta integrantes do PC do B no local. A terceira expedição foi diferente.

Em maio de 1973, o CIE (Centro de Informações do Exército) deu início à Operação Sucuri. Destinada ao levantamento de informações e espionagem, ela começou com o envio de 32 agentes para diversos pontos do Araguaia. Receberam recursos para abrir bodegas e farmácias de fachada. A profissão de mascate era específica para os agentes de ligação. Fazendo-se passar por vendedores ambulantes, tinham motivos profissionais para circular de um lugar a outro sem chamar a atenção, levando informações para oficiais superiores. O exército infiltrou agentes que se faziam passar por funcionários do Ministério da Saúde que, com a desculpa de zelar pelas doenças da família, tinham acesso fácil à intimidade de cada residência. Outra cobertura era a de técnicos do Incra, capazes de legalizar a posse de lotes de terra aos interessados.

Em junho de 1973 a rede de agentes estava montada e começaram a chegar os primeiros informes a Brasília. Em outubro, o CIE já possuía um mapa da população e até uma ficha sobre 400 moradores das redondezas, com dados que incluíam seu grau de compromisso com o PC do B e o tipo de apoio que costumavam lhe prestar. Boa parte dos integrantes da organização também havia sido identificada. Teve início, então, a etapa seguinte. Recrutados até mesmo em regiões de fronteira por sua pontaria e experiência de combate na selva, formou-se um contingente de 250 homens - aí incluído um grupo de pilotos de aviões e helicópteros. Em vez de uma ação aberta, deu-se preferência aos métodos próprios de um serviço a ser feito na sombra.

Divididos em equipes de no máximo dez homens, os militares avançaram em vários pontos. Após alguns confrontos e a morte de vários guerrilheiros os sobreviventes se dispersaram pela mata. Boa parte deles se rendeu e outra foi emboscada com facilidade nos meses seguintes. As mortes em combate teriam terminado, iniciando-se o extermínio de quem já baixara as garruchas e carabinas. Os prisioneiros desapareceram. A guerrilha já não era mais guerrilha. Era uma caçada.

Em janeiro de 1975, chegou a operação limpeza. Soldados desenterravam cadáveres e, depois de colocá-los num saco, os transportavam para dois helicópteros designados para levá-los até a Serra das Andorinhas onde os corpos foram queimados.

Veja, 13 de outubro de 1993

Biografia: Militante do PC do B



Apelidos: Osvaldão, Mineirão.

Cor: negra **Altura:** 198 cm. **Idade:** 36 anos **sexo:** masc. **Peso:** 100 Kg

Cabelo: preto/crespo **Barba:** preta/cerrada **Bigode:** **Sapato:** 48.

Data e local de nascimento: 27/04/38, Passa Quatro/MG

"Negro, forte, com quase dois metros de altura, era uma figura inconfundível. No entanto, seu físico contrastava com sua meiguice e afetividade. Membro do Partido Comunista, foi obrigado a viver na clandestinidade desde o golpe de 1964. Antes porém, fora estudante da Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro; campeão carioca de box pelo Botafogo, oficial da reserva do CPOR e cursou até o 3º ano de Engenharia de Minas, em Praga, na Checoslováquia, onde viveu alguns anos. Era natural de Minas Gerais.

Foi dos primeiros a chegar à região do Araguaia-Tocantins, por volta de 1966/67. Entrou na mata como garimpeiro e mariscador. Era o maior conhecedor de toda a área, tanto da guerrilha como das áreas circunvizinhas. No ano de 1969, fixou sua residência às margens do rio Gameleira, onde mais tarde se

juntaram outros companheiros. Era muito querido e respeitado tanto pela população como pelos companheiros.

Conta-se a seu respeito inúmeras histórias como a de que, estando de passagem em casa de uma família camponesa, encontrou a mulher desesperada por que não tinha dinheiro para comprar comida para os filhos. Era uma casa pobre. Não tinham nada. Osvaldo perguntou-lhe se queria vender-lhe o cachorro. A mulher, sem outra alternativa, disse que sim. Tanto ela como Osvaldo sabiam o que significava a perda do cão: mais fome, pois na região, sem cachorro e arma é difícil conseguir caça. Osvaldão pagou-lhe o preço do cão e, a seguir, disse-lhe: guarde-o para mim que eu não poderei levá-lo agora para casa.

Sobre Osvaldão surgiram inúmeras lendas: sobre sua bondade, sua força, sua coragem e também sobre sua pontaria. Foi Comandante do Destacamento B, onde participou exitosamente de vários combates. Foi, ao lado de Dina, o mais conhecido combatente entre a população do Araguaia.

Estava entre os combatentes que foram atacados por grande contingente das Forças Armadas em 25/12/73. Está desaparecido desde meados de 1974."

Citado em várias reportagens como comandante do Destacamento do Gameleira. "Um grileiro foi ameaçar tirar a terra de Osvaldão e acordou, na sua casa, com o cano de um 38 cutucando seu rosto e a ordem, dada por "um negrão de quase dois metros de altura e com dois braços que pareciam duas pernas", segundo descrição dos que o conheceram: em vez de você ficar com minha terra, você dá a sua a uma família muito necessitada. A família já está aí, esperando. Vou lhe levar até a rodoviária e você não aparece mais aqui, senão morre. E se achar ruim morre agora que fica mais fácil.

O grileiro saiu com a surpresa de encontrar os novos proprietários e mais de 30 pessoas das redondezas que aplaudiam a atitude de seu Osvaldão, homem justo.

ATIVIDADES: MOVIMENTOS POLÍTICOS

1. (BOMBEIROS - TO) – No tempo da República Velha, um movimento denominado tenentismo surgiu e foi liderado pelo Capitão Luiz Carlos Prestes, que comandou cerca de 1.500 homens e percorreu cerca de 25 mil quilômetros, do sul ao norte e nordeste do país, passando pelo atual território do Tocantins. Durante sua viagem, a Coluna Prestes passou pelas cidades tocantinenses de:

- a) Ananás, Nazaré, Tocantinópolis, Santa Fé e Araguaetins.
- b) Arraias, Natividade, Dianópolis, Porto Nacional e Pedro Afonso.
- c) Arraias, Natividade, São Salvador do Tocantins, Cariri e Gurupi.
- d) Arraias, Pedro Afonso, Paraíso do Tocantins, Ponte Alta e Alvorada do Tocantins.
- e) Monte do Carmo, Dueré, Miracema, Miranorte e Pedro Afonso.

2. (FECIPAR) “A coluna guerrilheira que percorreu o território brasileiro (inclusive o Tocantins), divulgando durante três anos, entre a população pobre, as idéias do movimento tenentista. Sem jamais ser vencida, enfrentou o exército, jagunços e lampião, que recebiam apoio do Governo”. Esse movimento se refere:

- a) A revolta de 1924, em São Paulo.
- b) Ao movimento 18 do Forte, no Rio de Janeiro em 1922.
- c) A Coluna Prestes, liderada por Luiz Carlos Prestes, vinda do Rio Grande do Sul.
- d) Ao movimento pela redemocratização de 1946 a 1950.

3. (PREF. DE GURUPI - TO) – Leia o texto e responda: “Nos anos 20, como consequência da intranquilidade de conspirações de oficiais do Exército, capitais e tenentes, organizaram um movimento de oposição ao presidente Artur Bernardes, às perseguições, ao autoritarismo e arbitrariedades, ao predomínio das oligarquias no poder e ao endividamento externo. Esse movimento propunha a luta pela conquista das liberdades democráticas, a reorganização das forças armadas, a moralidade pública e a justiça social. Com tais preocupações patrióticas o movimento interiorizou-se pelo Brasil afora, tendo repercussão inclusive no Tocantins.”

- O texto está fazendo uma referência ao movimento da Guerrilha do Araguaia, que teve suas repercussões na região Tocantina do Bico do Papagaio e foi comandada pelo comunista Luís Carlos Prestes.
- O texto está se referindo ao Movimento do Tenentismo e a chamada Coluna Prestes, que percorreu partes da região goiana, hoje estado do Tocantins sob o comando de Luís Carlos Prestes.
- O texto está se referindo ao Movimento de Teotônio Segurado, que percorreu partes da região goiana, hoje Estado do Tocantins sob o seu comando, o que Foi fundamental para plantar a ideia de criação do estado do Tocantins.
- O texto está se referindo ao Movimento dezoito do forte, liderado por Siqueira campos, que teve como resultado a libertação dos castigos corporais sofridos pelos marinheiros.

GABARITO:

1	2	3
B	C	B



PALMAS – ANTECEDENTES

Criado o Estado, a primeira batalha foi a escolha da Capital, decisão constitucionalmente exclusiva do Presidente da República, na época José Sarney. Com a vitória nas urnas, Siqueira Campos, antes mesmo de sua posse, recomendou ao Presidente a cidade de Miracema, o que frustrou as postulantes como Araguaína, Gurupi e Porto Nacional.

Na verdade, Siqueira pretendia construir uma cidade planejada. Assim para ele não justificava adaptar as três cidades, apesar dos argumentos que mobilizavam a população e políticos no desejo de sediar a Capital. É o caso de **Araguaína** que defendia sua postura desenvolvimentista, **Gurupi** por ser uma cidade bem estruturada, e **Porto Nacional** por localizar-se no centro do estado e ser uma cidade de referência histórica, educacional e cultural do antigo norte goiano.

Sarney deixou a missão para a Assembleia Estadual Constituinte votar as indicações para a capital definitiva e nomeou **Miracema como capital provisória**, através do decreto nº 97. 215, de 13 de dezembro de 1988. A escolha de Miracema provocou protestos. Os araguainenses foram os mais exaltados e chegaram até a parar a BR-153 em sinal de protesto. Todavia, os protestos foram em vão e em Miracema se instalou o primeiro Governo Estadual, o Poder Judiciário e a Assembleia Constituinte em 1º de janeiro de 1989. Estava, então, sendo lançadas às sementes e preparado o cenário para que Palmas fosse construída.

A ESCOLHA DO LOCAL

Uma das primeiras decisões após a instalação do Estado foi à definição quanto a Capital definitiva, tarefa que coube a urna comissão interdisciplinar criada no dia 2 de janeiro. Depois de vários estudos técnicos foi indicada às áreas Canela, Carmo, Santa Luzia e Mangue, propícios para construção de uma cidade planejada para ser a sede capital do Estado Tocantins.

Os Deputados Constituintes levam o assunto ao plenário da Assembleia Estadual Constituinte, tratando dele em várias sessões e no final, escolhendo a área da Canela. O passo seguinte foi declarar como de utilidade pública um quadrilátero 90 Km², para efeito de desapropriação. Paralelamente, o então governador Siqueira Campos não perdeu tempo, tratou logo de fazer acordo como prefeito de Taquaruçu de Porto - Fenelon Barbosa Sales, para a mudança da sede de Taquaruçu para Palmas. Assim foi feito, através da Lei Municipal nº28/89, de 29 de dezembro de 1989.

O NASCIMENTO

No dia 20 de maio de 1989, o governador lança a pedra fundamental a menos de um ano do nascimento do Tocantins e inicia as obras. A partir daí houve uma batalha judicial, em que prevaleceu a Emenda Constitucional nº01, de 20 de dezembro 1989, dando uma nova redação ao artigo do Ato das Disposições Transitórias da constituição estadual.

A instalação definitiva acontece no dia 1º de janeiro de 1990, numa solenidade ocorrida no prédio da antiga Fazenda Triângulo, conhecida hoje como Casa Sussuapara. Também é realizada a transferência oficial dos órgãos dos poderes executivo, legislativo e judiciário para a nova Capital.

A consequência dessa mudança é que Taquaruçu volta a condição de distrito. O prefeito Fenelon Barbosa Sales tendo como vice João Alves de Oliveira, eleitos com 527 votos entraram para a história como o primeiro prefeito e os nove vereadores tornaram-se os primeiros legisladores.

- Taquaruçu era Distrito de Porto Nacional
- Em 16 de abril de 1989 Fenelon é eleito para prefeito
- Fenelon toma posse em 1º de julho de 1989.

Origem do nome

O seu nome foi escolhido em homenagem a Comarca de São João da Palma (atual Paranã), sede do primeiro movimento separatista da região, instalada em 1809 na barra do Rio Palma com o Rio Paranã. Outro fator que influenciou o nome foi a grande quantidade de palmeiras na região.

História

Movimento separatista

A história de Palmas remonta inicialmente a 1809 quando um movimento separatista da região de Goiás chamado Vila da Palma foi instalado na barra do rio Palma com o rio Paranã.

Nova capital

Somente um ano depois com o desmembramento do estado do Tocantins do estado de Goiás pela Constituição de 1988 é que Palmas finalmente começou a surgir. No dia 10 de janeiro de 1989, a cidade de Miracema do Tocantins é definida como capital provisória do estado. Dia 15 de fevereiro de 1989, a Assembleia autoriza o então governador Siqueira Campos a desapropriar a área da Serra do Carmo e a leste do povoado de Canela para a criação da nova capital do estado idealizada pelo então governador da época. No dia 6 de março do mesmo ano, por decreto, é criada a Comissão de Implantação da Nova Capital (Novacap) e no dia 20 de maio de 1989 é lançada a pedra fundamental da cidade numa solenidade que reuniu cerca de 10 mil pessoas na Praça dos Girassóis. No mesmo dia, o governador Siqueira Campos acionou o trator, abrindo a Teotônio Segurado, primeira avenida da cidade.

Dia 19 de julho do mesmo ano, a Assembleia Estadual Constituinte aprova a Projeto de Lei do Executivo, criando o Município de Palmas, Lei que é sancionada dia 1º de agosto seguinte, quando Siqueira Campos confirma a transferência da Capital de Miracema do Tocantins para Palmas.

Somente em 1º de janeiro de 1990 é que Palmas assumiu sua função de capital do estado, e os poderes constituídos foram transferidos da capital provisória, Miracema, para o plano diretor da nova cidade. Porém, as repartições do governo ainda não existiam e não tinham acomodações para alojar o pessoal administrativo.

O primeiro prefeito de Palmas foi Fenelon Barbosa Sales.

CARACTERÍSTICAS

Palmas é um município brasileiro, sendo a capital e também a maior cidade do estado do Tocantins. A cidade foi fundada em 20 de maio de 1989, logo após a criação do Tocantins pela Constituição de 1988. Antes desta data, Palmas foi planejada inicialmente pelos arquitetos Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, sendo que a partir daí a cidade começou a ser construída pelos trabalhadores que vieram do interior do Tocantins e de vários outros estados do país. Entretanto, somente a partir do dia 1º de janeiro de 1990, é que Palmas passou a ser a capital definitiva do estado, já que antes a cidade ainda não possuía condições físicas de sediar o governo estadual, que estava alocado temporariamente no município vizinho de Miracema do Tocantins.

Após vinte anos, a população chega aos duzentos mil habitantes. Setenta por cento das quadras habitadas já estão pavimentadas. O mesmo ocorrendo com saneamento básico e água tratada que chega a 98% da população.

De um modo geral a cidade é caracterizada pelo seu planejamento, pois foi criada quase na mesma forma de Brasília, com a preservação de áreas ambientais, boas praças, hospitais e escolas.

Segunda capital mais segura do Brasil (superada apenas por Natal),[5] é também, a última cidade do século XX completamente planejada, já que a cidade nasceu e foi projetada desde o início para ser a capital do estado do Tocantins, sendo também a mais nova capital estadual do país.

O crescimento de Palmas foi demasiado grande durante a década de 1990, para se ter uma ideia, em 1991 a cidade tinha uma população de 24.261 habitantes. No ano de 2000, a cidade já contava com 130.528 habitantes. Sua urbanização também cresceu nos últimos anos. Apesar de uma desaceleração, Palmas tem um crescimento econômico de 8,7%, maior do que o índice nacional e do Tocantins.

GEOGRAFIA

Clima

Clima quente todo o ano. Apesar de ter algumas variações, são poucas, pois a diferença entre o mês mais quente (setembro) e o mais frio (julho) é de apenas 3 °C. A média das máximas em setembro é de 36 °C, e a das mínimas é de 22 °C, em julho, a média das temperaturas máximas atinge 33 °C, enquanto a das

mínimas cai para 15 °C. Assim, a temperatura média anual é de 26 °C. Apesar de setembro ser o mês mais quente, as temperaturas mínimas maiores acontecem em março, com 24 °C. O mesmo acontece com julho (mês mais frio), onde a menor temperatura máxima acontece em março e fevereiro. O máximo já registrado na capital foram exatos 44°C.

A distribuição sazonal das precipitações pluviais está bem caracterizada acusando, no ano, dois períodos bem definidos: a estação chuvosa de outubro a abril com temperatura média que varia entre 22 °C e 28 °C, com ventos fracos e moderados e a estação seca nos meses de maio a setembro com temperatura média que varia entre 27 °C e 32 °C e tem como temperatura máxima 41 °C. O mês mais chuvoso é janeiro, quando chove 241 mm, enquanto o mês mais seco é julho, quando chove apenas 5 mm.

Relevo

O relevo está caracterizado pelas Serras do Carmo e do Lajeado, que constituem um relevo basicamente escarpado, sendo que a cidade se mantém em uma 'planície' entre a Serra e o lago represado.

Hidrografia

Dentre os principais rios e ribeirões de Palmas, destacam-se o rio Tocantins (principal), e ribeirões das Pedras, Taquaruçu, Córrego Macaco e Taquaruçu Grande.

DEMOGRAFIA

População

Palmas possuiu as mais importantes taxas de crescimento demográfico do Brasil nos últimos dez anos, recebendo pessoas de praticamente todos os estados brasileiros. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município atingiu um crescimento populacional de mais de 110% em 2008 comparando com a população residente em 1996, saindo dos 86.116 habitantes para uma estimativa de 184.010 habitantes, segundo pesquisas divulgadas pelo IBGE.

Nos últimos anos, o desenvolvimento econômico pelo qual tem passado o município de Palmas de certa forma tem contribuído para a atração de um contingente populacional proveniente de diversas partes do país. Esta corrente migratória se deve à expectativa gerada com o surgimento de oportunidades de negócios e empregos em função da implantação do estado e da capital.

Subdivisões

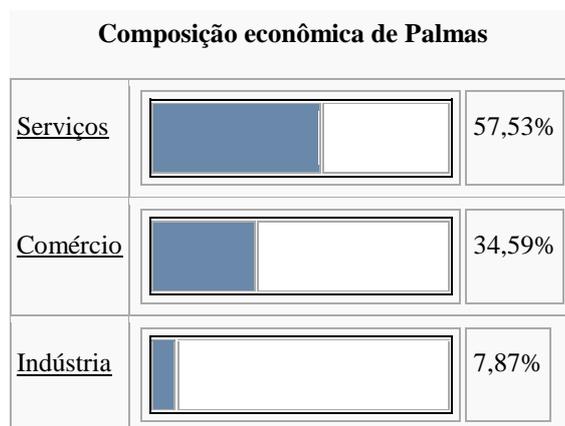
Além da região do Plano Diretor, e da região de Taquaralto e dos Aurenys (sede municipal), o município de Palmas também possui dois distritos localizados ao longo da rodovia TO-030, sendo estes o distrito de Taquaruçu e o distrito de Buritirana.

ECONOMIA

Palmas foi concebida logo após ter sido um centro administrativo, devido a isso possui o setor de serviços mais desenvolvido comparado aos outros setores da economia. A participação da agropecuária na economia palmense é desconsiderada.

A economia é predominantemente formal, formada principalmente por sociedades limitadas e firmas individuais. As micro empresas são as mais comuns no município, sendo que elas compõem mais de 80% das 4 394 empresas palmenses.

Sua influência econômica e comercial abrange todo o estado do Tocantins, além do sudeste do Pará, do nordeste do Mato Grosso e do sul do Maranhão.



Em 2005 o PIB da cidade era de R\$ 1.733.265 e o PIB per Capita era de R\$ 8.326.

Evolução do PIB e do PIB per capita de Palmas

Anos	PIB (em reais)	PIB per capita (em reais)
<u>2002</u>	1 220 794	7 189
<u>2003</u>	1 286 944	7 049
<u>2004</u>	1 530 883	8 159
<u>2005</u>	1 733 265	8 326
<u>2006</u>	1 961 325	8 879
<u>2007</u>	2 254 480	12 638

Investimentos

PIB

Em 2007 o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma das riquezas produzidas de Palmas, apresentou uma forte expansão e foi estimado em R\$ 2,2 bilhões, motivado por investimentos da Prefeitura de Palmas na economia e também pelo bom momento pelo qual passa o país. O aumento do PIB de Palmas foi de 6% e se comparado ao do Brasil foi bem considerável, já que o país apresentou o percentual de 3,5%, e a Capital, até o final de 2007, representava 18,4% das riquezas geradas no Tocantins e 0,08% no país. Devido a este crescimento, Palmas tem recebido grandes investimentos, tais como o Capim Dourado Shopping (com inauguração prevista para 2010), o pátio multimodal da Ferrovia Norte-Sul (localizado no município de Porto Nacional, às margens da TO-080), além de filiais das redes de hipermercados: Atacadão, Makro, Extra e Assaí.

Turismo

Muitas pessoas vêm de outras cidades, estados e até de outros países conhecer o município. Em Palmas existem vários pontos turísticos, entre eles o Parque Cesamar, a Praia da Graciosa, a Praia da Prata, as cachoeiras da região de Taquaruçu, Feira do Bosque, entre outras. Durante os meses de junho a agosto acontecem a temporada de praias, pois são os meses de verão, enquanto que no restante do país predomina

o inverno. Na Capital estão localizados os principais eventos turísticos do estado, onde acontecem shows nacionais, regionais, campeonatos esportivos e náuticos.

Com belezas naturais ainda intactas, quilômetros de praias fluviais, cachoeiras e reservas ecológicas, a Capital está situada no centro geográfico de Tocantins e integra à Região Turística de Palmas, juntamente com outros quatro municípios - Lajeado, Miracema do Tocantins, Monte do Carmo e Porto Nacional.

Palmas, a Capital do estado de Tocantins, ainda é um canteiro de obras. Considerada a mais nova cidade do Brasil, é chamada de "capital das oportunidades" e tem atraído milhares de pessoas que, em busca de trabalho, migram para a nova fronteira econômica do País. É neste clima de crescimento que o turismo surge como um dos segmentos a ser explorado.

TRANSPORTES

Estrutura Viária

Palmas encontra-se localizada próxima à rodovia BR-153 (Rodovia Belém-Brasília), estando ligada a esta pelas rodovias: TO-050, TO-070, TO-255, TO-080, TO-348, TO-010, TO-445 e TO-342.

A partir das rodovias estaduais que começam em Palmas (rodovias radiais), há vários entroncamentos que ligam a cidade a todo o interior do Tocantins.

Pela BR-153, o município tem acesso às principais cidades do Tocantins e demais regiões do país, especialmente o Centro-Sul e os demais estados do Meio-Norte (Maranhão, Pará e Amapá).

Transporte Coletivo

As empresas que operam o sistema de transporte coletivo na cidade são a Expresso Miracema, a TCP e a Nova Veneza.

CULTURA

Símbolos de Palmas

A BANDEIRA



- Em campo branco, símbolo da paz, opõe-se um sol amarelo ouro sobre duas faixas estreitas e paralelas, em azul, dispostas horizontalmente e intercaladas equidistantemente a partir do lado inferior da bandeira. As faixas azuis fazem alusão aos Rios Tocantins e Araguaia, de vital importância para o progresso e desenvolvimento do Estado e da Capital e o sol simboliza a sede do poder estadual, de onde emanam as grandes decisões do governo.

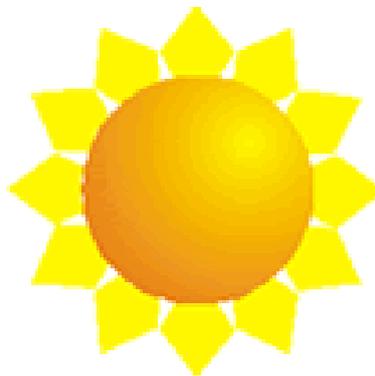
O BRASÃO (Lei nº 93, 03 de abril de 1991)



- Em forma ovalada, sendo circundado por ramos de oliveira e entrelaçado nos cantos superior e inferior por guirlandas. Na guirlanda superior, em cor azul, azada por letras em fundo branco, figura a frase símbolo do Estado do Tocantins, que no brasão municipal é escrita em português: "ESSA TERRA É NOSSA", pelo fato de Palmas sediar a Capital do Estado.
- Palmeira – relacionada ao nome da cidade
- Os ramos de oliveira – simbolizam a vitória, conquista
- O sol – é símbolo de luz, energia e vida
- Na guirlanda inferior, em cor azul – data da instalação do município e nome da cidade
- Estrela – indica o rumo, o caminho certo a seguir.
- A guirlanda superior – a frase Co Yve Ore retama (essa terra é nossa)
- As listas – simbolizam o caminho, horizonte.

Hino Popular – adotado através da Lei nº 985 de 25 de abril de 2001

O Girassol



- Símbolo turístico de Palmas, a imagem do girassol, que deverá ser utilizada isoladamente ou ao lado de outro símbolo oficial, visa a sua divulgação e propagação como um dos símbolos da cidade. A Administração Municipal utiliza o girassol nos impressos, nas correspondências, nos veículos, nas placas, nos prédios públicos e nos eventos oficiais dentro ou fora dos limites do Município.

Lei 568/07 – proibida a reprodução e venda.

Cronograma dos Fatos

- 05 de outubro de 1988 - Criação do Estado do Tocantins através da promulgação da Constituição Brasileira, a parágrafo 2º cita que “O Poder Executivo, ou seja, o Presidente da República designará uma das cidades do Estado para sua Capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembleia Constituinte”.
- 13 de dezembro de 1988 - Miracema é oficializada para ser a Capital Provisória do Estado do Tocantins.
- 1º de janeiro de 1989 - Instalação do Estado do Tocantins.
- 29 de janeiro de 1989 - Sobrevoos para escolha da área para ser Capital do Estado.
- 14 de fevereiro de 1989 - A Assembleia Estadual Constituinte autoriza o Governador a desapropriar a área aprovada para construção da Capital.
- 06 de março de 1989 - O governador Siqueira Campos cria, por decreto, a Comissão de implantação da Nova Capital (Novacap), nomeando o deputado federal Eduardo Siqueira Campos como presidente.
- 20 de maio de 1989 - Lançamentos da Pedra Fundamental de Palmas e início da construção da cidade.
- 19 de julho de 1989 - A Assembleia Estadual Constituinte aprova Projeto de Lei do Executivo que cria o município de Palmas.
- 1º de agosto de 1989 - Siqueira Campos sanciona a lei aprovada pela Assembleia Legislativa, que cria o município de Palmas.
- 29 de dezembro de 1989 - É aprovada a Lei de Taquaruçu do Porto nº 28/89, autorizando a mudança da sede para a área do povo do Canela, e mudando a denominação do município para Palmas.
- 1º de janeiro de 1990 - Transferência oficial do governo para a nova capital.
- 20 de maio de 1990 - Primeiro aniversário de Palmas, recebe a visita do Presidente da República, Fernando Collor de Melo, juntamente com o Ministro da Educação Ozires Silva.
- 09 de março de 1991 - Inauguração do Palácio Araguaia, sede do Governo Estadual.
- 01 de janeiro de 1993 - Posse do primeiro Prefeito eleito de Palmas Eduardo Siqueira Campos.
- 26 de setembro de 1998 - Inauguração do Espaço Cultural de Palmas, composto de praça coberta com estrutura metálica com 4.212 mil m², cinema com 209 lugares; teatro com 530 lugares; biblioteca; centro de criatividade para atividades afins.
- 1º de janeiro de 1997 - Posse do 2º Prefeito eleito de Palmas, Manoel Odir Rocha.
- 1º de janeiro de 2001 - Posse do 1º prefeita eleita (3º eleição de Palmas), sendo a primeira mulher a assumir a prefeitura, Nilmar Gavino Ruiz.
- 05 de outubro de 2001 – Inauguração do Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues e da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães.

QUESTÕES

1- Assinale a alternativa CORRETA: A principal Avenida de Palmas recebeu o nome da Teotônio Segurado. Isso porque Teotônio Segurado:

- a) Era dono da maioria das minas de ouro do Norte de Goiás.
- b) Nasceu em Natividade, então cidade mais importante da região.
- c) Lutou pela emancipação e autonomia do norte goiano.
- d) Foi o primeiro a descobrir ouro na região norte de Goiás.
- e) NDA

2- (Agente Penitenciário do TO 2005) Os Deputados Constituintes levaram ao plenário da Assembleia Estadual Constituinte a matéria quanto à definição da área da capital definitiva do Tocantins, tratando dela em várias sessões e, no final, escolhendo a área do Canela. O passo seguinte foi declarar como de utilidade pública um quadrilátero 90 Km² para efeito de desapropriação. Paralelamente, o então governador Siqueira Campos não perdeu tempo, tratou logo de fazer acordo com o prefeito de Taquaruçu do Porto — Fenelon Barbosa Salas, para a mudança da sede de Taquaruçu para Palmas.

Assim foi feito através da lei municipal, que recebeu o n°:

- a) 27/89, de 29 de dezembro de 1989.
- b) 29/89, de 31 de dezembro de 1989.
- c) 28/89, de 29 de novembro de 1989.
- d) 28/89, de 29 de dezembro de 1989.
- e) 28/89, de 30 de dezembro de 1989.

3- O nome palmas foi escolhido:

- a) Devido a pouca quantidade desta variedade de planta existente na área onde foi construída a nova capital.
- b) Como homenagem à Comarca de Palmas, onde nasceu movimento emancipacionista do Tocantins.
- c) Como referência ao júbilo do povo nortense pela tão sonhada emancipação.
- d) Como homenagem a região do mesmo nome no Sul do Brasil, que foi disputada com a Argentina no início do século XX.
- e) Em homenagem ao presidente José Sarney, e quem o povo supostamente ‘aplaudiria’ eternamente pela decisão favorável à criação do Estado.

4- (Processo seletivo UNITINS - AMBIP 2004) ‘A transferência da Capital estava programada para o dia _____ Como a Lei não permitirá nomear prefeito, nem tão pouco eleições extras, só restou um caminho. Incorporar o município _____ ao de Palmas e transferir a sede de Prefeitura para o Plano Diretor.’ Extraído: NASCIMENTO, Júnio Batista do. Conhecendo o Tocantins: História e Geografia 2º ed. 2004. Sobre o texto acima as palavras que preenchem os espaços são:

- a) 1º de Janeiro — Taquaruçu do Porto.
- b) 20 de maio - Taquaruçu do Porto.
- c) 1º de Janeiro — Miracema.
- d) 20 de maio — Porto Nacional.
- e) NDA.

5- (Fasamar 2004/1) A planta símbolo da Cidade de Palmas, capital do Tocantins, é:

- a) Girassol.
- b) Fava-de-bolota.
- c) Babaçu.
- d) Pequi.
- e) Murici.

6- (Escola Técnica Federal de Palmas — 2005) - O Estado do Tocantins foi criado no dia 5 do outubro de 1988, com a promulgação da oitava Constituição brasileira. Com a criação do Tocantins era necessária uma capital provisória até a aprovação da sede definitiva do Governo pela Assembleia Estadual Constituinte, a cidade escolhida foi:

- e) Porto Nacional.
- f) Palmas.
- g) Tocantinópolis.
- h) Natividade.
- i) Miracema do Tocantins.

7- (Concurso para Habilitação de Sargento PM - 2005) O Estado do Tocantins vem se destacando no cenário nacional como uma das últimas fronteiras agrícolas do país, capaz de oferecer condições naturais para o desenvolvimento de todo o setor agropecuário. Podemos destacar como principais projetos em funcionamento:

- a) Projeto Canguçu, projeto Orla, Projeto Tamborá.
- b) Projeto Formoso, Projeto UNIRG, Unitins-Agro.
- c) Projeto Javaés, Programa PRODECER III e Projeto Campos Lindos.
- d) Projeto João de Barro, Projeto Avestruz Máster e Projeto Sentinela.

8- (IESPEN — 2005/2) O potencial dos rios brasileiros supera os 200 milhões de kw. No centro - sul localiza-se a maior parte de usinas geradoras de eletricidade. A bacia do Paraná é a mais aproveitada, apesar de o maior potencial se encontrar na bacia Amazônica. Atualmente, o potencial do Rio Tocantins vem sendo explorado. As hidrelétricas localizadas no rio Tocantins são:

- a) UHE Serra Dourada, UHE Estreito e UHE Balbina.
- b) UHE Tucuruí, UHE Serra da Mesa e UHE Luís Eduardo Magalhães.
- c) UHE Ipueiras. UHE Peixe e UHE Barra Bonita.
- d) UHE Lajeado. UHE Palmeiras e UHE Isamu Ikeda.
- e) UHE Tucuruí, UHE Sobradinho e UHE Lajeado.

9- (Concurso UFT -2005) Em 2004 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve um crescimento de 5,2% em relação a 2003. O PIB indica:

- a) O conjunto das riquezas geradas por todas as atividades econômicas durante um ano.
- b) A variação da taxa de desemprego na indústria, no comércio e no setor de serviços durante o mês.
- c) O crescimento do setor agrícola e da safra de grãos num período de cinco anos.
- d) A distribuição anual da renda nacional pela população economicamente ativa.
- e) O aumento do consumo urbano de energia nas atividades industriais e comerciais.

10- (Concurso UFT. 2005) Destacam-se como principais produtos agrícolas do estado do Tocantins:

- a) Arroz, milho e soja.
- b) Café, banana e cana-de-açúcar.
- c) Milho, batata e mandioca.
- d) Algodão, amendoim e feijão.
- e) Trigo, cebola e laranja.

11- (Agente Penitenciário do TO 2005) Nos anos 20,30 e 40 do século XX, a ocupação econômico de extremo norte e do médio Tocantins foi sustentada pelo extrativismo mineral e vegetal: o babaçu, o caucho e o cristal. Nas décadas de 1940 e 1950, essa atividade continuou movimentando a economia regional e trouxe o surto de prosperidade para algumas povoações. O extrativismo, como fonte de renda, fez parte de uma época áurea na história de alguns municípios, assinale a alternativa que apresenta os municípios que aqueceram o comércio da região com a exploração de quartzo (cristal de rocha) que ganhou mercado com a Segunda Guerra Mundial:

- a) Araguatins, Pedro Afonso e Araguacema.
- b) Ponte Alta do Bom Jesus, Silvanópolis e Taguatinga.
- c) Lizarda, Tocantinópolis e Paraíso do Tocantins.
- d) Guaraí, Colinas, Miranorte e Araguaína.
- e) Pium, Cristalândia. Arapoema e Xambioá.

12- (Concurso Oficial da PM-TO 2005) - Segunda Guerra Mundial - um minério estratégico iria sacudir a vida socioeconômica da época no norte de Goiás. Popularmente chamado de cristal de rocha, Preciosíssima matéria-prima na indústria bélica. A exemplo do ciclo da mineração (século XVIII), o ciclo econômico desse minério transformou lugares ermos em prósperas povoações de população flutuante no Estado do Tocantins. Assinale a alternativa CORRETA que corresponde ao minério que se refere o texto, encontrado nos municípios de Pium, Cristalândia, Arapoema e Xambioá, no Estado do Tocantins:

- a) Ouro,
- b) Urano.
- c) Ferro.
- a) d) Quartzo.

13- (Unitins - Processo seletivo ao curso Normal Superior 2005) — A eleição dos primeiros representantes do Estado do Tocantins foi realizada pelo TRE de Goiás Junto com as eleições dos prefeitos municipais em:

- a) 15 de novembro de 1987.
- b) 15 de novembro de 1988.
- c) 15 de novembro de 1989.
- d) 15 de novembro de 1996.
- e) 15 de novembro de 1995.

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
C	D	B	A	A	E	C	B	A	A	E	D	B

PROFESSOR
JÚNIOR GEO
Deputado Estadual

professorjrgeo@gmail.com

 **63 99112-7317**



@prof_juniorgео

www.professorjuniorgео.com.br/